



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Acta n.º 13/2004

ACTA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2004

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos **dezasseis dias do mês de Novembro do ano dois mil e quatro**, pelas vinte e uma horas e dez minutos reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **5ª Sessão Extraordinária**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Susana de Fátima Carvalho Amador e Secretariada por José Manuel Tudela e Alcina dos Prazeres Lourenço Gomes Trindade, respectivamente 1º e 2º Secretários, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II – ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 - Constituição do Conselho Municipal da Juventude de Odivelas-----

PONTO 2 - Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o Ano de 2005-----

PONTO 3 - Cedência das participações sociais detidas pela Câmara Municipal de Loures e pela Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas (AECSCLO) no Centro de Actividades Económicas dos Concelhos de Loures e Odivelas (CAELO) ao Município de Odivelas-----

PONTO 4 - Proposta de Desafecção do Domínio Público Municipal da parcela de terreno AC2 do Alvará de Loteamento n.º 1/2000-----

PONTO 5 - Proposta de Desafecção do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno sita na Urbanização da Quinta do Porto Pinheiro-----

PONTO 6 - Proposta de Desafecção do Domínio Público Municipal das parcelas 40 e 41 do Olival do Pancas – Pontinha-----

PONTO 7 - Proposta de Desafecção do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno sita no Casal das Comendadeiras e São Sebastião – Famões-----

PONTO 8 – Indicação de novos Representantes das Forças de Segurança e do Director Regional de Educação de Lisboa, para o Conselho Municipal de Educação-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:-----

Na bancada do **PS**, a Deputada Municipal **Maria Fernanda Franchi**, pelo Deputado Municipal **Abel Carvalho Bernardo**.-----

Na bancada do **PSD**, a Deputada Municipal **Paula Susana Nobre**, pela Deputada Municipal **Isabel Nascimento Bodião**.-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, registou-se a presença de **40** Membros da Assembleia Municipal.-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Manuel Porfírio Vargês e os **10** Vereadores que compõem o executivo camarário.-----

Havendo quorum, a **Senhora Presidente** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.-----

A **Senhora Presidente** deu conhecimento ao plenário das seguintes informações:-----

1. Relatório do Tribunal de Contas – Acção de Fiscalização Concomitante no Município de Odivelas;-----
2. Posição da ANMP sobre o Orçamento de Estado de 2005;-----
3. Relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo;-----
4. 1º Fórum Rede Portuguesa de Cidades Sustentáveis;-----
5. Respostas aos Srs. Deputados Municipais Pedro Martins, João Rego de Carvalho e Francisco Pereira em relação à 4ª Sessão Ordinária de 2004, nas 1ª e 2ª reuniões realizadas a 30 de Setembro e 7 de Outubro, respectivamente;-----
6. Plano de Actividades para 2005.-----

A **Senhora Presidente** iniciou os trabalhos dando as boas vindas e felicitando o novo membro do executivo camarário, a Senhora Vereadora Sandra Costa.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Pela **Senhora Presidente**, foi colocada à consideração do plenário o pedido de suspensão de mandato da Deputada Municipal Paula Susana Teixeira Nobre, pela bancada do PSD, nos termos do art.º 9º n.º 1 e art.º 9º n.º 3 al. d) do Regimento, pelo período de 90 dias, iniciado a 2 de Novembro e terminando a 2 de Fevereiro de 2005.-----

Colocado à votação o pedido de suspensão foi admitido à discussão por unanimidade.-----

Não se registando intervenções, este pedido de suspensão foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

Devido a problema logísticos, no que concerne à reprodução das Moções apresentadas, a Senhora Presidente pôs à consideração do plenário que se iniciasse os Trabalhos pelo **Período das Intervenções Políticas de Interesse Relevante**.-----

Tal proposta foi Aprovada por Unanimidade.-----

Aberto o período supra referido, usaram da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Famões, **António Rodrigues**, pela bancada do **PS**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Queria levantar três questões que têm a ver com o seguinte:-----

Durante a Comissão Instaladora deste Município, a Junta de Freguesia de Famões foi contactada por um Vogal para a criação de um Centro de Realojamento temporário do Concelho. Posso dizer que esse Vogal foi o Dr. Fernando Ferreira, o qual apresentou a criação do Centro com o objectivo de ser mesmo temporário e comunicou-nos, pelo menos, que era ideia construir este centro, tipo Hotel, no caso de acontecer um acidente em qualquer freguesia, para temporariamente dar resposta às pessoas que tivessem em causa.-----

Deu-nos também indicação do local onde pretendia que isso fosse construído. Eu, como Presidente de Junta, de imediato disse que com este objectivo estava de acordo, mas se fosse para bairro social não estava, porque bairros sociais a mais já tem a freguesia de Famões. Por outro lado, levei isto a conhecimento do Executivo e disse ao Sr. Vogal que naquele local que ele pretendia não, porque havia um projecto da Junta de Freguesia para construção de um parque infantil e de uma zona verde que estavam em negociações entre nós e a DGU, e inclusive com um Bairro de Génese Ilegal. Acontece porém, que neste momento, faço uma pergunta ao responsável por essa área, neste caso concreto, directamente através do



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara, se este objectivo se mantém ou se de facto é aquilo constantemente a Junta de Freguesia de Famões está a ser contactada por telefone, pessoalmente, nomeadamente pelos moradores da Milharada, que são da Pontinha, e por alguns comerciantes de Famões, porque o terreno onde está a ser construído aquilo que eu penso que eu penso que é um Centro de Realojamento temporário, foi esse acordo que nós demos, toda essa gente que nos contacta diz que é para um acampamento de ciganos. A pergunta aqui fica e gostaria que nos desse uma resposta porque na Milharada e em algumas partes de Famões as coisas não estão nada fáceis, pelo contrário, estão muito quentes.-----

Solicitei a algumas pessoas que não fizessem grande alarido porque nós iríamos fazer esta pergunta.-----

A segunda questão é a seguinte:-----

Também na Comissão Instaladora eu próprio fui contactado pelo Sr. Presidente e por Técnicos Superiores da DGU, no sentido de um terreno municipal onde nós tínhamos um projecto em fase de feitura para a construção de uma sede administrativa para a Junta, com auditório integrado que muita falta faz. Infelizmente, Famões não tem uma sala como esta para poder fazer um evento qualquer. Qual é a nossa estranheza, quando fomos contactados, por mais que uma vez, pela Senhora Vogal Natália Santos, afirmando que estava previsto para aquela zona um ou dois prédios sociais.-----

Quando o Sr. Presidente nos propôs outro local para construção da sede da freguesia, e que nós concordámos, mas que aqueles prédios a construir ali seriam a custos controlados para casais jovens, e nessas condições nós aceitámos que naquele local que é um local nobre da freguesia, não tem nada a ver com bairros sociais, que fossem construídos esses edifícios.-----

Propusemos outra questão, para além de aceitarmos isso, a juventude de Famões tinha que ter uma garantia de uma percentagem em relação às outras freguesias, visto ser a freguesia com maior território do Concelho de Odivelas e com mais bairros sociais, sendo a única que tem um tipo de topologia de construção que não pode ultrapassar três pisos, feita à base de moradias como toda a gente sabe.-----

É triste que havendo em Famões seis bairros sociais, e que já me ouviram dizer isto aqui algumas vezes, vai gente de todo lado para os bairros sociais de Famões, nos bairros camarários vêm de todo o Concelho de Loures (quando era Loures). Actualmente, no concelho de Odivelas vem gente de todo o lado e nós não conseguimos resolver três ou quatro casos que temos na freguesia.-----

Sr. Presidente peço-lhe, em nome de Famões, que naquele local não seja construído um edifício social dessa forma, porque eu, como Presidente, e toda a população vamos nos opor a mais bairros sociais na freguesia, sem haver uma única resposta aos moradores de Famões que estão em péssimas dificuldades de habitação. Famões não é só para as outras freguesias e para os outros concelhos, tem que ser também para a freguesia de Famões. Não vamos permitir que naquele local seja construído um ou dois prédios nessas condições. Ou é para casais jovens, como foi prometido, ou então não poderá ser porque nós vamos nos impor a isso.-----

A última questão, para terminar:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

*Famões tem o maior bairro de génese ilegal do Concelho. Quero aqui publicamente dar-lhe os parabéns, porque foi até hoje o único bairro que eu conheço, que repavimentou todas as ruas do seu bairro, ou quase todas. E a pergunta que eu faço é a seguinte: Quando é que é entregue este alvará ?-----
Tanto quanto sei, está tudo pronto. Gostaria de saber, porque inclusive o texto e escritura de garantia estão feitos, quando é que este bairro vai ser entregue ?-----
É um bairro que existe há mais de vinte anos e merece, portanto, ser resolvido o mais rapidamente possível. E deve ser resolvido porque ele está pronto a ser entregue.-----
Toda a gente sabe, aqueles que me conhecem como autarca, que eu não gosto de fazer obra em anos de eleições. Não gosto de entregar bairros em anos de eleições. Os bairros, para mim, deviam estar todos legalizados e há muitos anos. Não era de agora. Obrigado!"-----*

Francisco Pereira, pela bancada da **CDU**, realizando a seguinte intervenção:-----

*“A proposta de Orçamento de Estado para 2005 apresentada pelo Governo PSD/PP propõe agravar a injustiça fiscal, que é enorme, e reduzir significativamente o peso das despesas do Estado com as chamadas funções sociais (educação, saúde, habitação, segurança social, cultural).-----
Entre 2002 e 2005 o peso das receitas fiscais que têm como origem os impostos directos diminuíram – passaram de 41,3% para 39,1% das receitas totais do Estado (os impostos directos como se sabe atendem ao rendimento auferido por cada contribuinte).-----
Entretanto o peso das receitas dos impostos indirectos (que não têm em conta o rendimento de cada contribuinte, ou seja, atingem por igual ricos e pobres) cresceram, passando de 58,2% para 60,9%. É claro o agravamento da injustiça fiscal. -----
O peso das receitas do IRS não tem diminuído (em 2002 representou 26,4% das receitas fiscais do Estado, e em 2005 prevê-se que represente 26,3%, enquanto que o Imposto sobre Rendimentos do Capital, em 2002 representou 15% e em 2005 represente 12,7%).-----
Releve-se, contudo, o reconhecimento público e oficial das escandalosas taxas efectivas pagas pela Banca em matéria de IRC. Para uma taxa nominal de 30% pagou a Banca Portuguesa, incluindo a Caixa Geral de Depósitos, uma média de 12% em 2003, com o BES e o Totta a pagar 16%, o BPI 12% e o BCP 7%! A Taxa «oficial» do IRC para a Banca será de 15% (e não os 25% em vigor para as restantes actividades).-----
Num único ano (2004 / 2005) o peso das despesas com as funções sociais do Estado passa de 58,3% para 55,3%.-----
A adopção pelo Orçamento de Estado do princípio do “utilizador-pagador” como critério para o pagamento de serviços e bens públicos (saúde, transportes, ensino, etc.) acabará por sobrecarregar as camadas de pequenos e médios rendimentos. Sendo os trabalhadores assalariados os únicos para quem os rendimentos*



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

declarados são reais, serão estes duplamente penalizados porque não só pagam no IRS como pagarão por exemplo nos serviços de saúde, com taxas moderadoras mais elevadas, nas subidas dos preços dos transportes e, brevemente, com a subida dos valores das rendas de casa para muitas famílias. Um parêntesis para referir que a proposta da nova lei das rendas vai lançar centenas de milhar de inquilinos e suas famílias na terrível instabilidade de, de 3 em 3 anos, poderem ser despejados ou terem de aceitar aumentos inoportáveis. É uma lei à medida da especulação e dos grupos económicos.-----

É um orçamento de Estado que continua a discriminar negativamente em matéria fiscal as micro e pequenas empresas, inclusive pelas condições em que mantém o pagamento especial por conta.-----

Na estratégia económica continua a dar-se cobertura à destruição do nosso aparelho produtivo de que no concelho de Odivelas, são exemplos recentes a G. I. Confeções, a Cometna e agora já com processo de despedimento colectivo para 95 trabalhadores – a Optilon.-----

Entre 2004 / 2005 as dotações inscritas no PIDDAC para a Educação Pré Escolar, Ensino Básico e Secundário têm uma diminuição de 10,2% em valores nominais. O problema é ainda mais grave porque se sabe que para empolar o PIDDAC foram transformadas despesas correntes em despesas de capital.-----

Nos últimos 10 anos (1994 / 2003) aconteceu a não execução de 11,2 mil milhões de euros (2,24 mil milhões de contos), 22% das verbas orçamentadas para os PIDDAC desses anos, o que pode dar uma ideia dos investimentos que deixaram de ser concretizados pela obediência da política de direita dos governos PS e PSD/PP aos critérios de convergência nominal da União Económica e Monetária, depois vertidos no Pacto de Estabilidade.-----

O Orçamento de Estado prevê uma insuficiente actualização dos salários dos trabalhadores da função pública, que funciona também como bitola para os restantes trabalhadores, incapaz de repor a perda do poder de compra dos últimos quatro anos. Não será também um Orçamento de Estado capaz de contrariar o contínuo aprofundamento das assimetrias regionais do País.-----

Também no que respeita aos interesses e necessidades dos municípios a proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2005 deixa muito a desejar, não corrigindo os constrangimentos à actividade municipal imposta pelos orçamentos de estado anteriores.-----

Continua a não ser cumprida a Lei das Finanças Locais em matéria de endividamento.-----

A verba prevista para transportes escolares, destinada a compensar os encargos com os alunos do 7º, 8º e 9º anos é insuficiente.-----

É estabelecida a retenção de 0,2 dos Fundos Municipais (FGM, FCM e FBM), destinada a custear o funcionamento dos GAT's, o que é completamente inaceitável.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Por último queremos dizer que consideramos imprescindível e exigimos a consagração em PIDDAC 2005 das verbas necessárias e adequadas para fazer face a investimentos no nosso concelho – alguns que têm sido sucessivamente adiados, agravando as carências e necessidades da população, tais como:-----

- Construção das unidade de saúde de Odivelas, Póvoa e Santo Adrião, Olival Basto, Ramada, Pontinha e Famões;-----
- Reabilitação da EN8 e EN 250-2;-----
- Construção do metro de superfície Algés/Odivelas/Loures; -----
- Construção de uma Escola EB 2/3, na Ramada; -----
- Construção de uma escola secundária, com pavilhão desportivo, em Odivelas;-----
- Construção de um pavilhão desportivo na Escola da Paiã, na Pontinha;-----
- Requalificação do Rio da Costa, Ribeira das Dálias, Ribeira Silva Porto e Ribeira do Barruncho;-----
- Construção das esquadras da PSP de Famões, Póvoa de Santo Adrião, Olival Basto, Ramada e Odivelas e ampliação das instalações da esquadra da PSP da Pontinha; -----
- Ressarcimento financeiro pelos custos do processo de instalação do município.”-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, realizando a seguinte intervenção:-----

“A Odivelcultur foi uma empresa criada pela Câmara de Odivelas, com os votos do PS / PSD, para gerir a Malaposta, o CAOS – Centro de Artes e Ofícios e o Auditório da Póvoa de Santo Adrião.-----
A posição da CDU foi sempre contra a criação desta empresa, pois em seu entender tornar-se-ia numa sobrecarga financeira para a Câmara de Odivelas, sem atender a outras melhores soluções. Como alternativa defendia que:-----

- a Malaposta fosse gerida pela Odivelgest;-----
- o CAOS e o Auditório da Póvoa de Stº Adrião fossem geridos pelo Departamento Sociocultural da Câmara de Odivelas. -----

No entender da CDU, com este tipo de gestão, ficavam defendidos os postos de trabalho dos trabalhadores, incluindo dos técnicos e artistas da Malaposta e garantida uma boa gestão dos outros dois equipamentos, pelo Departamento Sociocultural do Município, pois nele existiam bons técnicos e em número suficiente.-----
Como esta nossa proposta, com pequenos custos, geriam-se equipamentos eficazmente. Já nessa altura, tomando como base o estudo de viabilidade feito exclusivamente para justificar a criação da empresa Odivelcultur, prevíamos nós uma economia de 448.918 euros por ano, isto é, cerca de 90 mil contos por ano.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

O PS e o PSD não quiseram poupar dinheiro. Quiseram fazer esta empresa, quiseram criar a Odivelcultur, quiseram esbanjar 90 mil contos / ano. Pois bem, agora verificamos que o estudo de viabilidade, para além de só procurar justificar a viabilidade da empresa a criar, não contemplava algumas vertentes:-----

A hipótese de incompetência dos gestores, e-----

A satisfação de clientelismo partidário.-----

Ora o resultado é este: -----

Os dados de gestão previsional de 2004 apontam para:-----

- prejuízos na ordem dos 700 mil euros, que terão de ser suportados pela Câmara;-----
- o subsídio à exploração é de 479 mil euros, o que é o dobro do previsto no estudo de viabilidade atrás referido;-----
- as despesas com pessoal ultrapassam em 184 mil euros os valores referidos no estudo de viabilidade económica.-----

O estudo de viabilidade previa um quadro limite de 24 trabalhadores para a Odivelcultur, no entanto, o que existe hoje é de 35 pessoas. Isto é, mais 46%.-----

É para nós evidente que estes 46% a mais do que o estudo de viabilidade económica previa, só pode ser entendido como resultado, na esmagadora maioria, da satisfação do clientelismo partidário ou incompetência.-----

Para suportar este raciocínio, veja-se quem foram os novos contratados não foram actores nem mais técnicos para a cinemateca. Foi o clientelismo a funcionar que provocou esta situação ou foi a incompetência?-----

Voltamos a frisar, a CDU alertou para tudo isto, nesta Assembleia, e fomos contra a criação da Odivelcultur.--

É para nós evidente que a Odivelcultur é um sorvedouro do dinheiro da Câmara. Deve ser dissolvida e já.----

Continuamos com a opinião de que a Malaposta pode ser bem gerida pela Odivelgest por muito baixo custo.

O Auditório da Póvoa de St.º Adrião e o CAOS – Centro de Artes e Ofícios – podem ser bem geridos pelo Departamento Sociocultural da Câmara de Odivelas. Nele já existem técnicos apropriados para que se realize uma boa gestão também com baixos custos, utilize-se esse dinheiro para mais cultura.-----

Vamos ser sinceros, ninguém já pode ser enganado! Hoje toda a gente sabe por que foi criada a Odivelcultur. O PS e o PSD devem assumir a situação que criaram e tirar as devidas ilações. É agora a altura de o PS e o PSD contribuírem para a dissolução imediata da Odivelcultur, para acabar com o acumular de mais prejuízos a serem pagos pela Câmara. Se não o fizerem, assumem a responsabilidade dos prejuízos de “lesa Estado” apenas para suportar a satisfação do clientelismo partidário.-----

Nós, a CDU, estamos contra a continuação desta ruinosa situação. Nós defendemos a dissolução da Odivelcultur, empresa do Município de Odivelas.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Travar a caminhada deste esbanjamento financeiro é um imperativo de consciência cívica e política e, estamos certos, permitirá mais investimento cultural.-----

Maria de Fátima Amaral, pela bancada do **CDU**, que apresentou um Requerimento que seguidamente se transcreve:-----

“As obras de construção da subestação da REN, junto à Escola Agrícola da Paiã e as obras de colocação de um cabo de média tensão em subsolo, com conseqüente abertura de valas em diversas vias principais da Pontinha, pelos prejuízos que causam, revelam-se inoportunas, e revelam ainda que a Câmara de Odivelas não acautelou, não soube acautelar, a competência política de defender os interesses da população.----- Ao demitir-se de intervir numa obra de colocação em via aérea de um cabo de altíssima tensão (220 mil volts) que atravessa parte considerável da Pontinha, passando entre bairros, casas e junto a escolas, a Câmara Municipal revela igualmente não ter a noção da necessidade emergente de avaliação dos impactos ambientais de cada vez maior número de obras.-----

Assim:-----

Os Deputados Municipais da CDU requerem que, com carácter de urgência seja esclarecido:-----

- 1. data e número de registo de entrada do processo REN na Câmara de Odivelas;-----*
- 2. Departamento e vereador responsável pelo licenciamento ocorrido;-----*
- 3. se foi exigido à REN estudo de impacto ambiental da referida obra.”-----*

Liberto Carvalho, pela bancada do **CDU**, realizando a seguinte intervenção:-----

“A CDU desde há muito que, ao mesmo tempo que expressou a sua satisfação por chegar ao fim o processo de prolongamento da linha do metro até Odivelas, processo, como dissemos então, longo, cheio de datas e promessas não cumpridas, mas que veio coroar de êxito a acção de todos aqueles que trabalharam, reivindicaram e lutaram para que a população viesse a ser servida por este meio de transporte, expressou igualmente apreensão, porque não foi possível alcançar o objectivo de uma estação no centro da cidade de Odivelas.-----

Dissemos na Assembleia Municipal de 19 de Fevereiro de 2004, apreensão ainda porque o estacionamento é manifestamente insuficiente para as necessidades.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Apreensão porque a circulação viária dentro da cidade pode ou poderá complicar ainda mais e porque teme-se que a articulação intermodal entre os vários operadores de transportes públicos não esteja definida e / ou conseguido.-----

Nessa altura condenámos a previsão da redução do serviço público de transportes que a carris presta à população.-----

E em 4 de Março também nesta assembleia colocámos a questão da articulação rodoviária com o metro, retomada posteriormente noutras reuniões da Assembleia Municipal.-----

Recordam-se que nessas alturas fomos apelidados de profetas da desgraça, que estávamos a empolar os problemas e a menosprezar o êxito da vinda do metro a Odivelas? Bem gostávamos de não ter tido razão, mas a freguesia de Olival Basto continua sem uma carreira que a ligue ao centro administrativo ou comercial do concelho. A freguesia da Póvoa de Stº Adrião não tem uma ligação eficiente ao metro de Odivelas e ao centro do concelho e em Caneças e Ramada as carreiras não cumprem os horários, andam sempre lotadas e com reduzida frequência nocturna.-----

E a retirada primeiro do 101, depois do 7 e do 206 e posteriormente a diminuição para 1/3 dos autocarros 36 que vêm a Odivelas, veio mostrar aqui sim, desgraçadamente que a visão economicista não é compatível com os interesses dos utentes dos transportes e do concelho. E como se tudo isto não fosse já demais, agora aos utentes do metro de Odivelas, aplicam-lhes multas diárias por não terem onde estacionar.-----

“... só num dia, a meio de Outubro, multámos 400 carros mal estacionados ...” disse um agente da PSP ao jornal Público.-----

Perguntamos:-----

Quem vai pagar estas multas? As vítimas da falta de estacionamento, a Câmara Municipal de Odivelas, o Metro ou a DGTT?-----

Os activistas da CDU têm vindo a acompanhar e a integrar-se nas várias acções de luta das populações.----- Estamos certo que o 36 da Carris ainda vêm a Odivelas porque a população decidiu lutar como tem feito.----- A CDU não deixará de lutar.”-----

Ricardo Tomás, pela bancada do **PSD**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Permitam-me que as minhas primeiras palavras sejam dirigidas em meu nome pessoal, em nome da bancada do PSD e da JSD à Senhora Vereadora Sandra Costa. Desejar-lhe tudo de bom para o que resta deste mandato e muitas felicidades.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Senhora Presidente, não é a primeira vez que aqui venho lembrar o Senhor Presidente da Câmara de uma questão referente ao jardim ou parque urbano da Póvoa de Santo Adrião. Por diversas vezes trouxe aqui este assunto, por diversas vezes por esquecimento, intencional, sem intenção, o Sr. Presidente recusa-se e não dá resposta a esta questão.-----

Eu posso recordar-lhe aqui os problemas que já por diversas vezes elenquei e as questões que lhe deixei, pode ser que avive a memória ao Sr. Presidente.-----

O parque urbano da Póvoa de Santo Adrião, mais grave ainda porque vivemos num Concelho onde o betão avança dia após dia, onde não existem espaços verdes nem parques urbanos. Onde os espaços verdes existentes neste Concelho devem ser a soma das rotundas com relva que por aí andam, que os senhores vão construindo.-----

Espero que não se esqueça que no parque urbano da Póvoa de Santo Adrião existem equipamentos devolutos fora de funcionamento. As zonas verdes estão mal cuidadas, sem qualquer tipo de manutenção, e estou a recordar o que já aqui disse. As sarjetas estão tapadas pela vegetação, que não é cortada. Tem um mini-campo de basquetebol no cimo de uma ravina, com uma tabela já completamente destruída. São estes, aliás, os espaços desportivos do PS no Concelho de Odivelas. Tem também perto da encosta uma parede de escalada sem as mínimas condições de segurança e que evidenciam claros sinais de abandono.-----

As questões que aqui deixei ao Sr. Presidente e que o Sr. Presidente nunca me respondeu, já desde há muitos meses para cá.-----

Quando é que a Câmara Municipal, em primeiro lugar, pensa realizar as obras necessárias naquele parque urbano ? Quem é o proprietário daquele equipamento que está lá e daquela construção que se encontra no parque abandonada ?-----

Eu lembro-lhe da primeira intervenção que fiz aqui, disse ao Sr. Presidente que aquilo tinha umas montras com uns vidros que estavam completamente riscados de «graffitis». Pelo menos alguma coisa já fizeram, pois já puseram uma protecção aos vidros. Vá lá... Daí a minha dúvida, se não ouve as minhas perguntas, mas está sensível aos problemas que eu aqui refiro.-----

Em último lugar, qual é a utilidade e o que pensa fazer dali ? O que é que pensam fazer naquele parque urbano e com aquele equipamento, quando têm ali uma obra que custou milhares de contos, e quando anunciaram na última Assembleia Municipal e nos órgãos de comunicação social a construção e criação de um parque urbano na Feira do Silvado ?-----

Espero sinceramente que não passe de hoje a resposta às questões que aqui lhe coloco. Que não passe de hoje o esclarecimento sobre a questão do parque urbano da Póvoa de Santo Adrião, pois já há muito tempo que aguardamos a sua resposta. Obrigado!-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Rui Ribeiro, pela bancada do **CDS/PP**, realizando a seguinte intervenção:-----

*“Esta minha primeira intervenção deve-se naturalmente à estupefacção com que recebi o Relatório do Tribunal de Contas, quanto às formas como são contratados os recursos humanos neste Município.-----
Infelizmente, este Relatório não foi considerado como tendo a importância para ser um Ponto desta Assembleia Municipal. Razão para perguntar: vai se lá saber porquê ?-----*

Os factos apresentados neste relatório são tão extensos que não me coíbo de apresentar aqui alguns perante todos, dos quais considero mais chocantes:-----

Primeiro, o cabimento de verbas normalmente, ou não direi normalmente mas muitas vezes referido, como feito não antes mas depois da contratação. Alguns dos quais nem se percebe se havia ou não o risco de haver inclusivamente verba orçamental.-----

Depois, os critérios de avaliação por norma eram inexistentes. A minha questão aqui é : ainda continuam a ser inexistentes ? Sendo, na maioria, mais uma vez feitos «à posteriori». Como em bom português se costuma dizer «faz-se o fato à medida do cliente».-----

Terceiro, colocam-se candidatos sem habilitações, nomeadamente um caso que achei caricato quando estava a ler que era o facto de auxiliares de acção educativa serem afectas ao Departamento Financeiro. Entretanto, fiquei com algumas dúvidas quanto a esta afectação e comecei a pensar e até achei que as auxiliares fossem para «ajudar a arrumar» as dívidas da Câmara. Mas entretanto, depois pensei novamente e achei que não, que isso certamente não se passaria em Portugal e muito menos em Odivelas.-----

Mais alguma análise, e não é que deparei que a própria Directora do Departamento de Recursos Humanos não tinha qualificações para exercer o cargo. É razão para se questionar aqui: se isto se passa com ela, qual será a sua autoridade perante os outros colaboradores da Câmara ?-----

Claro que quando se fala de recursos humanos, fala-se nos contratos de prestação de serviços. Pois o aqui filme é digno de figurar nos Óscares de Hollywood. Melhor filme, melhores actores, melhor realização, etc.---

Portanto, aqui seriam contratos iguais mas a designação diferente. Mantém-se a pessoa a designação é diferente, mas o contrato é exactamente o mesmo. Cabimentos posteriores, mais uma vez. Contratos, e neste caso era claro no relatório, sem verba, etc., etc., etc.-----

É triste ver que aqueles que muitas vezes alegam valores, se esquecem de dizer precisamente quais é que são os seus verdadeiros valores.-----

Não me vou alongar muito mais neste tema, porque espero que haja responsáveis directos. E como é apresentado no Relatório, à falta de alguém será, obviamente, o Sr. Presidente da Câmara.-----

Quando acabei de ler o Relatório do Tribunal de Contas dei por mim, mais uma vez, a ver um guião magnífico de um filme cheio de efeitos especiais. Depois, pensei nos actores que agora não vou nomear,



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

pois alguns dos quais me parecem melhores do que o próprio Sean Connery. Mas pensei no título do filme, e o nome que me veio logo à cabeça é : «Job's for the boy's – quem dá mais ?». Muito Obrigado.»-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, realizando a seguinte intervenção:-----

*“Eu venho aqui falar de três questões que não são muito longas, mas são pertinentes.-----
Uma delas já apresentada na Sessão da Assembleia Municipal de 30 de Setembro, realizada em Caneças, e que diz respeito à falta de passadeiras e abrigos dos transportes públicos na freguesia de Caneças.-----
Não vemos razão para que esta situação se mantenha, muito menos a falta de passadeiras, porque era uma delegação que as juntas de freguesia tinham. Foi retirada para se manter em condições e verifica-se que, por estranho que pareça, junto às escolas é onde elas mais falta fazem e é onde elas não existem.-----*

Outra questão que também é caricata e que mais uma vez dá razão às juntas de freguesia, nomeadamente a mim que tenho feito questão de por esta situação, é o facto da DGU aprovar projectos sem ouvir as juntas de freguesia. Não ouve as juntas de freguesia e depois incorre em erros frequentes. Foi o caso de uma construção junto à Rua da República, na zona do LIDL, que veio parar ao meio do passeio. Isto é, a construção antiga estaria lá (não estava), pediu um projecto de alteração, foi aprovado, os técnicos não foram lá ver no local e foi aprovado. Porque se a construção antiga fosse no meio da estrada, era no meio da estrada que a casa era feita. E assim, lá está a casa feita.-----

Há uma indignação de toda a população até com cartas dirigidas à Junta de Freguesia com «croquis», chamando isto a aberração do progresso em Caneças. Isto, de facto, não conduz a um bom resultado para a Câmara e muito menos para o urbanismo do Concelho.-----

Outra situação que também me indignou, foi o facto de hoje mesmo ter recebido o Edital da Câmara sobre a Reunião de 8 de Outubro de 2004, onde finalmente se prova que o Protocolo de Delegação de Competências, o célebre artigo 27º sempre existe. Existe, mas não é para todas as juntas de freguesia. Eu queria que o Sr. Presidente esclarece isto, porque de facto há aqui uma desigualdade de tratamento aberrante que nós não compreendemos. Pode ser que haja explicação, se houver compreendê-la-emos com certeza, caso contrário, estamos no direito de exigir que todas as juntas de freguesia tenham tratamento igual, consoante as suas capacidades e necessidades. -----

Temos obras planeadas há três anos que estão paradas porque o Protocolo de Delegação de Competências foi suspenso. E suspenso para uns mas não para outros, pelo que está aqui, pois há aqui verbas de 38, 39 mil, 2 mil, verbas de 11 mil, mais 11 mil... tudo na base do Protocolo de Delegação de Competências. E todas aprovadas agora. Quero saber se é uma falha da Junta de Freguesia de Caneças, não se ter recebido



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

o conhecimento que o Protocolo de Delegação de Competências, na área do artigo 27º, já estava desbloqueado. Muito obrigado!”-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, que em nome da CDU proferiu um ataque à gestão da Odivelcultur, tenho a dizer o seguinte:-----

Sabemos perfeitamente que a CDU ataca a gestão da Odivelcultur por ser uma gestão partilhada entre o PSD e o PS, da qual a CDU está afastada.-----

Atitude idêntica não temos nós em relação à gestão da Odivelgest, da qual faz parte a CDU, temos como é óbvio uma postura diferente, e ainda bem.-----

O que já nos custa a aceitar é a falta de memória da CDU, naquilo que foi a liquidação da Amascultura e a solução encontrada para a colocação dos trabalhadores.-----

É bom recordar que é durante a gestão da CDU à frente dos destinos da Câmara Municipal de Loures que a Amascultura é extinta, mais propriamente numa Assembleia Municipal em Dezembro de 2001.-----

A CDU aqui fez história.-----

Por aqui se vê como o PCP/CDU trata a cultura.-----

E os trabalhadores? Desprezo total.-----

Eram espalhados pelas quatro Câmaras que faziam parte do projecto.-----

Em Loures, a solução encontrada para os trabalhadores que pretendessem ingressar nos quadros da Câmara Municipal, pressupunha na prática a diminuição brutal dos seus salários, pois não possuindo na sua maioria as habilitações exigidas iniciariam as suas carreiras como auxiliares administrativos ou no melhor dos casos como assistentes administrativos.-----

Uma atitude unicamente economicista, que tanto criticam aos partidos do Governo.-----

Tenho que dizer-vos que o Senhor Ministro das Finanças Bagão Felix não faria melhor.-----

A opção da manutenção da Odivelcultur é uma opção do PS e do PSD.-----

Sabemos perfeitamente o que o PCP/CDU quer.-----

Essencialmente estar na gestão da Odivelcultur, e até que isso aconteça continuam a dizer mal de tudo o que se faça nesta Empresa Municipal.-----

Cá para mim, querem fazer na Odivelcultur aquilo que fizeram na Odivelgest.-----

Despedir funcionários para que a gestão fique mais equilibrada.-----

Não dizem, porque não convém dizer que a diminuição dos prejuízos na Odivelgest se fez com a diminuição do número de funcionários.-----

E assim sendo.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

*Porque é que os senhores não propõem a mesma solução para a Câmara Municipal?-----
Duzentos ou trezentos trabalhadores a menos davam jeito para equilibrar as contas.-----
Mas isso dava muito nas vistas, não é?”-----*

Sandra Pereira, pela bancada do **PSD**, realizando a seguinte intervenção:-----

*“O Partido Social Democrata saúda o 6º aniversário da criação do Município de Odivelas.-----
Desde 1976, data das primeiras eleições para as Autarquias Locais, que o Partido Social Democrata tem
participado activamente na vida do poder local democrático.-----
A nossa participação desenvolveu-se em três fases:-----
Primeiro, em Loures, como terceira força política e afastada das grandes decisões, desenvolvemos um
trabalho limitado às nossas responsabilidades, mas fizemos questão de alertar sempre para eventuais erros
de condução da gestão camarária.-----*

*Numa segunda fase, com a criação do Concelho de Odivelas e conseqüente nomeação da Comissão
Instaladora.-----*

*Reflectindo resultados anteriores, coube-nos participar com um vogal, e essa honra pertenceu ao Dr.
Fernando Ferreira, que, com grande responsabilidade e empenhamento deu o seu melhor para o arranque
daquilo que é hoje o nosso Odivelas.-----*

*Em 2001, realizaram-se as primeiras Eleições Autárquicas, e o PSD foi consagrado como a segunda força
autárquica no Concelho.-----*

*Em Maio de 2002, aceitámos o convite do Partido Socialista para assumir responsabilidades no executivo, e,
iniciamos a nossa participação na gestão do Concelho que se tem mantido até hoje.-----*

*Temos diferenças, diferenças essas que realçámos no passado, fazemos questão de marcar no presente, e
pretendemos afirmar no futuro.-----*

*No entanto, nesta data festiva, importa acima de tudo sublinhar que, quando se trata de trabalhar para aquilo
que sabemos ser o bem comum, existem imensos pontos de consenso entre as diversas forças políticas.-----*

*Assim, na passagem de mais um aniversário do nosso Concelho, a 19 de Novembro, saudamos a Senhora
Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os senhores Vereadores e
os senhores Deputados Municipais, mas essencialmente a população de Odivelas, reiterando aqui e agora,
mais uma vez, o nosso empenhamento e contribuição para o bem estar de Odivelas e dos Odivelenses.-----*

VIVA ODIVELAS.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Euarda Barros, pela bancada do **PS**, realizando a seguinte intervenção:-----

*“Antes de mais, a bancada do PS deseja também exprimir à Sra. Vereadora Sandra Costa as maiores felicitações e os votos de um mandato profícuo, quer no plano político, quer no plano pessoal.-----
Sra. Presidente, quando eu era jovem, o que já lá vai muito tempo, havia um graffiti, salvo o erro, importado do Maio de 68 que dizia «vêm aí as eleições, está aberta a caça aos patos». Portanto, começou hoje a campanha eleitoral.-----*

*O PS está tranquilo. O PS suporta com orgulho esta Câmara Municipal, mas não se esquece que esta Câmara Municipal é um órgão colectivo. E é um órgão colectivo porque, justamente, nunca o PS teve uma visão monopolista da gestão deste Concelho (nem podia, dado os resultados). O PS, até às vezes com algumas discussões internas que são normais num partido aberto como o nosso, sempre entendeu que esta gestão deveria ser uma gestão colectiva. Por isso, mas também com algum humor que nos caracteriza e algum sangue frio, já estamos habituados a ouvir «umas palmadinhas nas costas» quando é em reuniões decisivas, e depois algumas viprimices, para não lhe chamar outro nome, aqui na Assembleia Municipal feitas para eleitorado. Com isso convivemos bem, sabemos que isso faz parte das regras da democracia.----
Mas há, no entanto, duas ou três coisas que gostaríamos de deixar aqui expressas, relativamente a estas últimas intervenções que foram feitas.-----*

A primeira para o Senhor Deputado Rui Ribeiro, que muito prezamos, mas para lhe dizer que face ao Relatório de Contas, Senhor Deputado, as questões das inspecções dos Tribunais de Contas são normais em democracia, como o Senhor seguramente sabe tão bem como eu. Deixe decorrer as inspecções, seguramente quando se fazem inspecções há sempre erros. Os homens não são perfeitos, talvez lá na democracia cristã emanados por alguma experiência divina, nós de facto não somos assim. E seguramente que há erros. Mas não seja tão apressado a julgar, deixe isso para os tribunais, Senhor Deputado. Não há nada factual que caia sobre a Câmara de Odivelas, e isto que fique muito claro, relativamente a algum procedimento menos correcto da parte desta gestão que tanto se empenha e que vai dando o seu melhor. Nem sempre sabemos dar o nosso melhor. A sabedoria, Senhor Deputado, é um atributo dos deuses não dos homens. A sabedoria absoluta, como é evidente.-----

Sobre a Odivelcultur, quero deixar bem claro que brevemente, e porque também já começamos a ter alguma indigestão relativamente a esta questão da Odivelcultur e quando é assim convém tomar uma «Rennie», apresentaremos uma declaração política explicativa de toda a situação da Odivelcultur. Para que se retome alguma memória, é importante reter a memória, é importante fixar a memória porque isso sim é uma salvaguarda da verdade.-----

Finalmente, e relativamente ao Senhor Deputado Ricardo Tomás, gostámos muito da intervenção, continue a criticar o Presidente da Câmara, mas não diga que são os senhores. Nós somos os senhores, Senhor Deputado.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Muito obrigado!”-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, que realizou a seguinte intervenção:-----

“A CDU, na Comissão Instaladora, foi a única força política que votou contra a extinção da Amascultura. Foi a única força política, haja memória.-----

A CDU nunca concordou com a Odivelcultur.-----

E quanto ao facto de que nós perspectivávamos resolver o problema com despedimentos, nós somos aqueles que na rua nos batemos pelos despedimentos que o Governo realiza todos os dias. A mentira política devia-vos envergonhar.”-----

Rui Ribeiro, pela bancada do **CDS/PP**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Senhora Deputada, eu acho piada como se tenta passar para a frente e chutar a bola rapidamente, melhor que o João Pinto.-----

Aquilo que eu vim aqui dizer não sou eu que digo, é o Tribunal de Contas. E aquilo que eu vim aqui pedir, e acho que este é o órgão apropriado, é que haja um comentário a este Relatório. Não fui eu que fiz este Relatório e, portanto, foi isso que eu vim aqui pedir, porque realmente eu achei isto um belo guião de um filme de efeitos especiais. Inclusive achei que se tentou rapidamente esquecer este Relatório, daí que eu gostava de ouvir o Senhor Presidente porque, como é obvio, todos nós nos enganamos, apesar da democracia cristã, eu próprio também me enganou.-----

Já agora, gostava de saber se o Tribunal de Contas se engano. Mais nada.”-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vítor Peixoto**, pela bancada do **PS**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Eu não queria intervir neste ponto, nem vou sequer intervir para contar o que foi a Amascultura e o que tem sido a Odivelcultur. Venho aqui apenas dizer que, de facto, vamos fazer uma declaração política, mas não nos intimidamos com o tom de voz alto. Não temos medo de ninguém sobre essa matéria.-----

Pensamos o inverso daquilo que a CDU pensa. Entendemos que a CDU não tem razão e na altura certa vamos demonstrá-lo.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

*Portanto, não basta falar alto para nos intimidar, porque estão aqui pessoas, e como a minha camarada Eduarda Barros disse «abriu neste momento a caça aos votos», então «vale tudo, menos tirar olhos».-----
Meus caros amigos, nós não temos medo e a CDU não é dona da verdade. A verdade está em todos os lados, desde que nós a saibamos interpretar.»-----*

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**.-----

*“Não tenho nada que me enervar para responder ao Sr. Presidente. Só lhe disse em off «olha para o que eu digo, mas não olhes para o que faço». Porque de facto, na prática o que aconteceu foi na Assembleia Municipal em Loures, aberta ao público, estavam lá os trabalhadores todos da Amascultura, onde entregaram uma carta aos Deputados Municipais e os senhores votaram a favor da extinção, mesmo apesar dos pedidos de todos os trabalhadores que estavam em situação aflitiva.-----
Aqui deve haver outra CDU, uma em Loures outra aqui, que têm indicações diferentes, e os senhores aqui aposto que votaram contra a extinção porque isso não era do conhecimento público, as reuniões decorriam em circuito fechado. Não existia Câmara nem o órgão Assembleia Municipal, porque se existisse os senhores agora eram obrigados a cumprir com as ordens que vêm lá do Comité Central. E vocês sabem isso muito bem.”-----*

Pelas 22 horas, e a pedido das várias bancadas, a Senhora Presidente fez uma interrupção nos trabalhos por um período de 10 minutos, para análise das Moções apresentadas à Mesa.-----

Pelas 22h10m os trabalhos foram retomados.-----

Pela bancada da **CDU**, foi apresentado um **Voto de Pesar sobre “A morte de Yasser Arafat”**, que seguidamente se transcreve:-----

*“Faleceu Yasser Arafat, Presidente da OLP e da Autoridade Nacional Palestiniana.-----
A Assembleia Municipal de Odivelas transmite à OLP e ao Povo Palestino as suas condolências.-----
Yasser Arafat consagrou a vida à luta do seu povo, pelos direitos nacionais inalienáveis e foi um protagonista destacado do movimento de emancipação nacional dos povos árabes e por uma paz justa e duradoura no*



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Méio Oriente.-----
O seu falecimento constitui uma grande perda; mas a luta heróica do Povo Palestiniano continuará pela libertação dos territórios ilegalmente ocupados por Israel e pela edificação do Estado Palestiniano soberano e independente.-----

Nesta hora de luto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em 16 de Novembro de 2004, delibera enviar um voto de pesar e sublinha as justas razões da causa Palestiniana e exige o fim da violência.”-----

Feita a apresentação pela Deputada Municipal **Raquel Rodrigues**, o Voto supra mencionado foi admitido à discussão por Unanimidade.-----

Foram apresentadas à Mesa pela bancada do **PS** e distribuídas pelo plenário duas Moções, que seguidamente se transcrevem:-----

Moção n.º 1 sobre o “Novo Regime do Arrendamento”-----

“O direito à habitação apresenta, tal como vários outros direitos sociais, uma dupla natureza. Consiste por um lado, no direito de não ser arbitrariamente privado da habitação ou de não ser impedido de conseguir uma; neste sentido, o direito à habitação reveste a forma de “direito negativo”, ou seja, de direito de defesa, determinando um dever de abstenção do Estado e de terceiros, apresentando-se nessa medida, como um direito análogo aos “direitos, liberdades e garantias”.-----

Por outro lado, o direito à habitação consiste no direito a obtê-la, traduzindo-se na exigência das medidas e prestações estaduais adequadas a realizar tal objectivo. Neste sentido o direito à habitação apresenta-se como verdadeiro e próprio “direito social”.-----

O novo Regime do Arrendamento Urbano, condensado ao longo de oito diplomas constitui uma verdadeira “Revolução” jurídico-social face ao nosso quadro actual.-----

Contrariamente ao que a grande maioria da opinião pública julga, a reforma legislativa incidirá essencialmente sobre os inquilinos com contratos de arrendamento anteriores a 1990 - os contratos posteriores a essa data já estão, através do Regime de Arrendamento Urbano, em sistema de renda livre, num universo de 428 mil inquilinos.-----

Não existiam grande dúvidas de que o regime jurídico do arrendamento urbano carecia de uma reforma urgente que potenciase o mercado do arrendamento e o tornasse mais atractivo para as famílias e comércio, e que concomitante, se estimulasse a reabilitação urbana, contudo tal reforma deve sempre respeitar um núcleo mínimo de garantias até porque quando se fala de arrendamento e de habitação



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

estamos a reportar-nos a um direito constitucional com sérias implicações ao nível da vida e segurança das pessoas e empresas.-----

Da análise que fizemos ao anteprojecto de decreto-lei autorizado que aprova o Regime dos Novos Arrendamentos Urbanos (RNAU) afigura-se que esse mínimo de garantias não foi devidamente acautelado no que tange nomeadamente ao instituto da denúncia, facilitando assim, de forma excessiva, o despejo (artigo 1104º).-----

A possibilidade agora introduzida do senhorio poder denunciar o arrendamento independentemente de qualquer causa ou fundamento afigura-se extremamente discricionário e coloca o inquilino numa situação de vulnerabilidade total.-----

As entidades auscultadas na Assembleia da Republica, designadamente as Associações de Proprietários, Inquilinos, Defesa do Consumidor, Confederação de Turismo, Federação de Comercio, FERECA e a ANAFRE, entre outras, revelaram grandes preocupações que se reconduzem ao seguinte:-----

- *Precariedade e insegurança para os inquilinos. Verifica-se excessiva liberalização dos contratos de arrendamento. Permite-se que independentemente de qualquer justificação o senhorio pode denunciar contrato de duração ilimitada mediante pré- Aviso de 3 anos (artigo 1104º e 1113º). Esta possibilidade de denúncia afecta todos os inquilinos com menos de 65 anos e afigura-se criticável do ponto de vista do direito constitucional à habitação e do direito à certeza e segurança jurídica, colocando os inquilinos numa situação de arbítrio não compaginável com o Estado de Direito e o princípio da confiança (arts. 2º, 18º e 65º da CRP);*-----
- *Resoluções excessivamente facilitadas - Fica igualmente aberta a possibilidade de resolução do contrato pelo senhorio, além dos casos indicados (passa-se de uma fórmula taxativa para uma fórmula exemplificativa);*-----
- *Supressão das balizas /limites existentes no actual artigo 107º do RAU, que impediam o direito de denúncia nas situações em que o inquilino se encontre na situação de:*-----
 - *Reforma por invalidez absoluta;*-----
 - *Não beneficiando de pensão de invalidez sofra de incapacidade total para o trabalho;*-----
 - *Seja portador de deficiência a que corresponda incapacidade superior a 2/3.*-----
- *Prazo mínimo do contrato demasiado reduzido*-----

A redução de 5 para 3 anos de duração mínima dos contratos a prazo certo e sem garantia de continuidade, gera instabilidade contratual e não favorece a dinâmica do mercado (Vd exemplo espanhol que em 94 recolocou os 5 anos como prazo mínimo);-----
- *Fomenta insegurança no arrendamento comercial*-----

A denuncia sem fundamento e a 3 anos também se afigura problemática para o arrendamento comercial criando insegurança no sector comercial, não se acautelando a questão da deslocalização do negócio, os investimentos efectuados e a fidelização de clientes. As indemnizações apresentadas



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

são baixas e não acautelam a questão dos trabalhadores afectos ao estabelecimento comercial e respectivas indemnizações por eventual despedimento;-----

- Não se respeitam os direitos adquiridos – A presente reforma aplica-se com efeitos retroactivos;-----

- Desigualdade do inquilino no Processo negocial-----

O sistema de comunicações entre senhorio e inquilino visando a passagem ao novo regime tal como definido, favorece o senhorio conferindo-lhe uma margem de discricionariedade excessiva, sendo criticável que a falta de acordo entre ambos quanto ao montante da nova renda possa conduzir por si só à denúncia pelo arrendamento pelo primeiro.(Introdução de uma comissão de avaliação ou arbitral);-----

- Burocracia excessiva na emissão do certificado de habitabilidade-----

A competência na emissão dos certificados, determinação de obras e decisão de desocupação fica a cargo das Câmaras Municipais e afigura-se de difícil exequibilidade, sobretudo no tocante ao cumprimento dos prazos.-----

Sublinhe-se que não se prevê aliás sanções para esse incumprimento.-----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas na sua Sessão Extraordinária de 16 de Novembro de 2004, recomenda ao Governo e aos diferentes partidos representados na Assembleia da República, que:-----

- a) aquando da votação final global da Proposta de autorização legislativa que aprova o novo regime do Arrendamento urbano tenham em linha de conta os aspectos supramencionadas e procedam às alterações necessárias à correcção dos desequilíbrios existentes.”-----

Moção n.º 2 sobre o “PIDDAC e OE 2005 para o Município de Odivelas”-----

“Foi com grande estupefacção que tomámos conhecimento da proposta do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), para Odivelas, contemplado na proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2005, em discussão na Assembleia da República.-----

É com muita indignação que constatamos a não contemplação, no PIDDAC para 2005, de projectos para os quais já tinham sido celebrados “Protocolos de Execução” com os anteriores governos, nomeadamente, na área da saúde e equipamentos escolares e, inversamente, ter-se incluído uma obra de grande valor financeiro que não se situa em território do Município de Odivelas, nem servirá directamente a Freguesia da Pontinha, nome pela qual a mesma é identificada.-----

Deste modo, não aceitamos que um Município com 135.000 habitantes tenha um investimento, da Administração Central, de 713.902 euros (142.000 contos) pouco mais que mil escudos por habitante,



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

excluídos que sejam os 5. 242 526 euros da designada Radial da Pontinha que, como já vimos, não se situa em Odivelas e que em PIDDAC's anteriores já era referida noutros Municípios.-----

Esta tentativa de inclusão da Radial da Pontinha, no PIDDAC para Odivelas, é uma postura inaceitável ao pretender fazer crer que este Município foi contemplado com uma verba global significativa.-----

É ainda inaceitável, porque não contempla projectos determinantes para o Município, como é o caso da Escola EB 2/3 em Famões face ao crescimento da população escolar desta Freguesia e a que vai resultar da grande Urbanização do Porto da Paiã, e para a qual já tinham sido cedidos à DREL, pelo Município, os terrenos necessários para a sua construção.-----

É também inaceitável que não esteja contemplada a construção do Pavilhão Desportivo da Escola da Paiã, na Pontinha, tendo em conta ter sido este um compromisso assumido localmente, pelo anterior Ministro da Educação.-----

Ficam ainda de fora candidaturas que obtiveram já parecer favorável da CCDRLVT, em 2003:-----

- os Centros de Saúde de Odivelas e da Póvoa de Santo Adrião, para os quais já estavam homologados, em 2001, Contratos-Programa com o Governo, a construir em terrenos cedidos pelo Município de Odivelas;-----*
- o Polidesportivo Descoberto do Casal do Bispo - Famões (2ª Fase);-----*
- a ampliação do Cemitério de Odivelas/Famões;-----*
- a construção da EB 1/JI de Famões;-----*
- a remodelação e ampliação da EB 1 n.º 9 da Arroja.-----*

Reivindicamos ainda a inclusão, em PIDDAC, das verbas para os seguintes projectos:-----

- construção da Escola EB 2/3 em Odivelas em terrenos cedidos pelo município;-----*
- unidade de Saúde da Pontinha em terrenos já disponibilizados pela DGP;-----*
- construção da Esquadra da PSP de Odivelas, em terreno já disponível para ceder ao MAI.-----*

Estas pretensões do município de Odivelas são uma pequena parte de um conjunto de necessidades de equipamentos, há muito em falta, tendo em conta a dimensão populacional deste Município.-----

A esta ausência de investimento da Administração Central, neste e na generalidade dos municípios, somos confrontados com o facto de que este OE para 2005, volta a introduzir os mecanismos de suspensão da Lei de Finanças Locais, no que se refere à capacidade de endividamento dos Municípios, ao manter o famigerado "endividamento global zero", introduzindo mecanismos de excepção que, na prática, continuam a condicionar fortemente o investimento das autarquias, na resposta à construção de equipamentos e prestação de serviços essenciais à qualidade de vida dos cidadãos, situação que ocorrerá pelo 4º ano consecutivo.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

A manter-se esta medida, fica comprometido, mais uma vez, o financiamento dos programas de realojamento de populações a “residir em habitações” degradadas, revelando o Governo grande insensibilidade social, relativamente às camadas mais débeis da sociedade portuguesa.-----

Mais uma vez, com este OE para 2005, não é cumprida, em parte, a Lei de Finanças Locais, em especial quanto à determinação do montante global e das regras de distribuição dos Fundos Municipais (FGM, FCM e FBM).-----

Fazemos questão de recordar que entre 1995 e 2001, com o governo PS, as transferências para os municípios cresceram 111% e, para as freguesias, 172%.-----

Agora, com este Governo e esta maioria, o crescimento médio para as autarquias (Câmaras e Juntas de Freguesia), que em 2003 foi de 3,6% e em 2004 de 3%, sendo de 2,1% para 2005, valor inferior à inflação prevista.-----

É importante que se saiba, nestes tempos de agressão aos direitos de autonomia das autarquias por parte da actual maioria governamental PPD/PSD – CDS/PP, que 52% do investimento público em Portugal é assegurado pelas autarquias, mas que o OE só lhes afecta 2%, valor que é o mais baixo de todos os países da União Europeia.-----

Apelamos, deste modo, ao Executivo Municipal para que interceda junto da Comissão de Economia da Assembleia da República, para que estas questões sejam debatidas e corrigidas.”-----

As Moções supra mencionadas foram colocadas à votação, tendo as mesmas sido admitidas à discussão por Unanimidade.-----

No âmbito da discussão do **Voto de Pesar sobre “A morte de Yasser Arafat”**, usaram da palavra, os seguintes Deputados Municipais:-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, realizando a seguinte intervenção:-----

“**ARAFAT**-----

Diplomata e terrorista, genuíno e ambíguo, terno e cínico, solidário e totalitário.-----

São, entre outros alguns adjectivos com que é tratado pela comunicação social.-----

Qual das suas personalidades ficará para a história?-----

A do lutador pela liberdade do seu povo? Ou a do homem que nunca olhou a meios para cumprir os seus objectivos ?-----

São perguntas, que ficam sem resposta dada a complexidade do personagem.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

É unanime, o reconhecimento da sua capacidade para convencer o mundo a exigir a independência da Palestina.-----

Mas, ao mesmo tempo os seus adversários falam de um homem implacável, que não hesitava mesmo quando o assunto era a perda de vidas humanas.-----

A luta pela independência confundiu-se com um culto de personalidade e uma surpreendente atracção pelo dinheiro que usou em benefício pessoal e da sua família.-----

Não foi um personagem que merecesse a nossa atenção.-----

Mas afinal, quem somos nós para julgar Arafat ?-----

Por aquilo que se lê, e que serviu para elaborar este pequeno texto, leva-nos a pensar que ficaria com outro lugar na história se tivesse contribuído decisivamente para uma efectiva paz no médio oriente, apesar da intransigência de Israel.-----

Não foi isso que aconteceu, e a imagem que temos presente é a mesma de há dezenas de anos atrás - Um guerrilheiro implacável.-----

Não podemos pois, associarmo-nos ao voto de pesar.”-----

Armando Ramalho, pela bancada do **PS**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Boa noite a todos!-----

Não trazia discurso preparado, nem discurso feito sobre esta situação. Os nossos colegas da CDU acharam por bem submeter à apreciação desta Assembleia um Voto de Pesar sobre um líder de todos conhecido.-----

Eu não vou fazer a indelicadeza de lhes propor, como já aqui aconteceu nesta sede, que alterem a proposta. São pessoas crescidas, têm convicções, eu respeito-as muito e portanto, não vou fazer essa indelicadeza. A proposta está feita como está e tenho a acrescentar o seguinte:-----

Fazer uma declaração de voto posterior talvez fosse um pouco desajeitado... portanto... também se aprende um pouco com os mais velhos e o nosso camarada Salmonete fez uma intervenção “à priori” e eu faço-a também. E, portanto, queria só focar quatro pontos muito distintos. Esta vossa Moção, apesar de estar envolvida num triste desenlace para qualquer um, fala de povos, fala de líderes, fala de mitos e fala de causas. E eu gostava de “não meter tudo no mesmo saco”, perdoem-me a expressão. Os povos, nós sabemos quem está em causa, é o povo judeu e o povo palestino. Não vamos abrir este debate aqui por causa desta vossa Moção, trata-se de votar sim ou não este Voto de Pesar e eu vou votar não. Porque é que voto não ? Voto não, porque acerca dos líderes há uma grande distinção. Se por acidente histórico, tivéssemos aqui o nome de Che Guevara, foi votado assim com muito gosto e até faria uma proposta, talvez



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

a reafirmar mais forte ainda o meu pesar, por alguém que trabalhou pela liberdade, que andou nas matas, que andou descalço, não tinha milhões, tinha causas, tinha ideias, tinha princípios...-----

Tudo aquilo que eu desejo acerca dos mitos é o seguinte:-----

Que não haja mitos de pés de barro, e penso que este líder entrará para a história como um mito de pés de barro. Não vai chegar aos calcanhares de Che Guevara, nem lá perto. As causas são nobres, são justas quando falam de liberdade. Eu respeito a liberdade individual, respeito a liberdade colectiva, desejo que todos vivam em paz e bem estar.-----

Eu visitei a Palestina ! Também comprei um véu palestino ! O nosso amigo viu é que eu não tinha jeito para o usar, mas até me ficava bem, na opinião de alguns.-----

Mas digo-vos com toda a honestidade, a solução para o problema da Palestina e para o povo de Israel viver em paz uns com os outros, será encontrada num futuro próximo. Dizia alguém há uns dias em Paris, com conhecimento de causa porque tentou... tentou que Arafat fizesse um discurso em hebreu, porque ele dominava o Hebreu, para promover a paz, porque todos nós sabemos que a vida é temporal, não é eterna, e ele lamentava-se porque nunca acreditou que realmente... ele até citou a expressão que dizia em árabe o texto, porque acho que ele nos últimos dias ou meses ele tinha pedido a esse amigo israelita para que lhe fizesse o texto para ele falar directamente ao povo hebreu.-----

Portanto, meus caros concidadãos de Odivelas, eu penso que a solução do problema palestino vai ser quando os povos da Palestina quer sejam judeus, quer sejam palestinos, se encontrem, falem e se entendam. E é por esse povo e por essa felicidade que eu espero ainda ver e que não seja causa de protesto para mais mortes, mais desconforto... porque aquele povo vive realmente muito mal e não seria muito justo enquadrar um líder que viveu na abundância, e vai proporcionar a muitos um bom conforto de vida, quando o seu povo sofre. Muito Obrigado !"-----

João Rego de Carvalho, pela bancada do **PSD**, realizando a seguinte intervenção:-----

"Boa noite Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Vereadores !-----

Permita-me também realçar a presença da nossa nova Vereadora. O Senhor Presidente da Câmara está de parabéns porque neste momento tem mais uma senhora no executivo, e certamente não é só por ser senhora, porque certamente vai fazer um bom trabalho em prol da população de Odivelas. Quero realçar também que neste momento temos uma senhora representante de cada força política no executivo, o que não só é bonito mas também nos serve de bandeira para os outros municípios.-----

Foi Lenine que disse, quando Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram assassinados na Alemanha, que havia uma grande diferença entre morrer como uma galinha ou morrer como uma águia. Ele referia-se concretamente à Rosa Luxemburgo, que tinha morrido como uma águia porque tinha lutado muito



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

nobrememente contra as permissivas do nazismo na Alemanha, portanto, todos aqueles movimentos que na Alemanha se traduziram anos mais tarde na criação das condições para o regime nazi chegar ao poder. Para o Partido Nazi chegar ao poder.-----

Infelizmente, Yasser Arafat viveu os últimos anos da sua vida numa capoeira e morreu como uma galinha, porque aquilo que ele representa para o povo palestino é muita parra e pouca uva, porque de facto aquilo que se passou e que aquela região do Globo, o povo palestino e o povo israelita precisam, não é de líderes como aquele que propagavam o confronto de culturas, o confronto de civilizações, mas que promovam o encontro de culturas e de civilizações e que não seja possível que aqueles muros que estão a ser constituídos pelo regime totalitário israelita se prolonguem por todo o Extremo Oriente, permitindo que todas aquelas pessoas que utilizam o terrorismo como arma tenham essas vitórias.-----
Devo dizer que não me esqueço em concreto que foi Yasser Arafat que deu a benção à carnificina que ocorreu nos Jogos Olímpicos de Munique. Muito Obrigado !-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Sra. Presidente, em nome do tempo, vou apenas dizer que a bancada do PS decidiu dar liberdade de consciência e cada um de nós votará em seu nome individual. Muito Obrigado !”-----

Francisco Pereira, pela bancada do **CDU**, realizando a seguinte intervenção:-----

*“Só uma breve observação, também não queremos prolongar o debate sobre este assunto...-----
Dizer que não nos admira as intervenções que têm estado a ser feitas. É evidente que isto não se trata de um elogio a Bush ou a Sharon. Portanto, não nos admira as intervenções.*-----
*Dizer apenas o seguinte :-----
Nelson Mandela, Xanana Gusmão foram igualmente considerados terroristas, e todos nós estamos recordamos disso, não é ?”*-----

Após este período, o **Voto de Pesar** sobre **“A morte de Yasser Arafat”** foi colocado à votação tendo o mesmo sido **Aprovado por Maioria, com 19 votos a favor, 6 abstenções e 15 votos contra.**-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Usaram da palavra, no âmbito da discussão da **Moção n.º 1**, os seguintes Deputados Municipais:-----

João Rego de Carvalho, pela bancada do **PSD**, realizando a seguinte intervenção:-----

“O Governo do PSD e CDS-PP estão apostados a fazer a reforma de vários sectores necessitados há muitos anos de terem uma legislação adequada. E, portanto, este novo regime do arrendamento está em apreciação pública e isto é um contributo que certamente a Assembleia Municipal de Odivelas vai dar a esse novo regime do arrendamento, como muitos outros. Mas, eu não quero deixar de salientar, porque algumas afirmações aqui produzidas... enfim, não são graves mas com um certo tom depreciativo ou negativo em relação ao regime... e a primeira questão que eu devo dizer é que efectivamente o Regime do Arrendamento tem centenas de artigos, e as questões que estão a ser aqui levantadas...enfim, provavelmente não tiveram tempo para mais ou não sei, referem-se a uma dúzia de questões. E depois também não vão ao fundo e também não têm acompanhado um bocado a discussão, porque como isto está aberto à discussão pública tem evoluído. Tem havido afirmações do Governo no sentido de adaptar o regime em diferentes aspectos. Por exemplo, a questão dos arrendamentos comerciais. O Sr. Ministro que tutela este sector já veio dizer que a vertente comercial deste arrendamento vai também sofrer alterações, nomeadamente o alargamento do prazo para as rendas negociadas progressivas para 10 anos e para todas as empresas, que era uma questão que também não estava consagrada no texto original.-----

Depois, a questão da Comissão Arbitral. Falam aqui no problema que o processo negocial fica nas mãos do senhorio... não fica ! Porquê ? Porque os senhores esqueceram-se de dizer quais são as características da Comissão Arbitral. A Comissão Arbitral tem poderes para fixar uma renda justa, portanto não fica nada à discricionariedade do senhorio, e assim é que deve ser.-----

De qualquer maneira, acabo por dizer, francamente... já agora permitiam-me uma correcção... que vocês fazem aqui no final quando acabam os considerandos, que é quando a votação final global da proposta de autorização legislativa... não é a votação final da proposta de autorização que essa já existe, mas da proposta de lei. E dizer também... já que o PS se dá a este trabalho e tem um conhecimento profundo do nosso Concelho, pois teria sido também útil, já agora, trazer-nos algumas caracterizações do regime de arrendamento no Concelho de Odivelas. Eu penso que era sobre isso que, de facto, nós gostávamos mais, porque isto que está aqui escrito, pronto, serve para muita gente, certamente vai servir para outras assembleias municipais, serve para o Grupo Parlamentar do PS também falar... são umas achegas importantes.-----

Agora, nós gostávamos mais de qualquer coisa relacionada com o Concelho de Odivelas, que é sempre uma das questões que eu tenho a levantar em relação ao Partido Socialista. Fazem umas moções muito engraçadas de carácter geral, mas nós estamos em Odivelas, gostávamos de ter alguma coisa de concreto em relação ao arrendamento no Concelho de Odivelas, qualquer caracterização, etc. Muito Obrigado !”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vitor Peixoto**, pela bancada do **PS**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Bem, essa é uma lei que se aplica, penso eu, em todo o País e não especificamente em Odivelas, quer dizer... por isso nós não caracterizamos o aluguer de habitação em Odivelas. Mas nós temos consciência que o PSD está consciencializado que tudo aquilo que este Governo faz, faz mal. E por isso admirou-se com o facto do PS fazer uma moção onde aponta algumas situações, não são muitas... é uma dúzia, mas são graves e prejudicam gravemente os cidadãos que têm de recorrer ao aluguer de habitação, por isso não se admirem porque nós também não lançamos o demérito todo sobre o Governo. Entendemos que o Governo também faz coisas boas e em tantos artigos que fez, alguns tinham de ser bons e alguns tinham de ser maus, e o que nós estamos a apresentar são aqueles que são maus. Muito Obrigado !”-----

Francisco Pereira, pela bancada do **CDU**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Em relação à moção sobre o “Novo Regime do Arrendamento”, nós iremos votar favoravelmente esta moção e gostaria de dizer o seguinte:-----

O pretexto ou os objectivos evocados para esta nova lei das rendas, são dois objectivos que se fossem de facto verdadeiros, creio eu que toda a gente estaria de acordo. Ninguém pode estar em desacordo porque é necessário dinamizar o mercado de arrendamento, nem ninguém estará em desacordo que é necessário criar incentivos à recuperação do parque habitacional degradado.-----

Bem, mas a verdade é que isto é apenas o pretexto, porque toda a proposta de lei ou projecto lei aponta para uma situação completamente diferente. Aponta para que se transforme em relação aos contratos de habitação, aquilo que se quer transformar também em relação aos contratos de trabalho, ou seja, que a precariedade, que o código de trabalho aponta para as relações laborais, que esta precariedade seja colocada também em relação aos contratos de arrendamento, ou seja, ninguém inquilino passará a estar de uma forma fixa com a sua habitação, o seu arrendamento definitivamente estabilizado. E, pelos dados que são conhecidos e que a Associação de Inquilinos Lisbonenses tem divulgado, aquilo que se prevê é alguns milhares muito grandes de despejos ou então, para não haver os despejos, os inquilinos terão de aceitar os aumentos que os senhorios quiserem impor.-----

Mas, isto também é apenas uma parte da questão porque há a outra vertente que é : hoje é sabido que dentro das grandes cidades de Lisboa e Porto e mesmo nas áreas metropolitanas a indústria de construção, por os terrenos estarem praticamente esgotados, tem dificuldades em continuar o nível de construção e a



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

rentabilizar como tem estado a fazer. E aqui entra então a outra parte, a necessidade de libertar fogos dentro das cidades, para que onde hoje existem famílias algumas até bastante idosas, com rendas relativamente baixas mas que já foram bastante altas na altura em que foram feitos os arrendamentos, para que essas famílias sejam despejadas, as imobiliárias particularmente do sector financeiro as adquiram e depois possa então ser rentabilizado essas... portanto, isto tem a ver por um lado como medida de especulação a nível das rendas, mas tem também a outra vertente que tem a ver com os grupos económicos, particularmente os grupos ligados à banca e às seguradoras que estão já “a afiar os dentes”, como se costuma dizer, para irem saquear esses fogos que ficarão devolutos por essa iniciativa ou por as pessoas, os senhorios, não poderem fazer face às despesas e então serão adquiridos. Mas isto, é evidente, tal como há pouco o Liberto disse em relação aos transportes, “lá vêm os profetas da desgraça”! Se todos nós formos vivos daqui a 3, 4 ou 5 anos, depois voltaremos a falar sobre o assunto a ver quem é que tinha razão.”-----

Após este período, a **Moção n.º 1** sobre o “**Novo Regime do Arrendamento**” foi colocada à votação, tendo a mesma sido **Aprovada por Unanimidade**.-----

No âmbito da discussão da **Moção n.º 2**, usaram da palavra, os seguintes Deputados Municipais:-----

Maria de Fátima Amaral, pela bancada do **CDU**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Nós vamos votar favoravelmente esta moção. De qualquer forma, parece-nos que faltam aqui incluir alguns equipamentos. Nos centros de saúde, apenas aqui é referido o Centro de Saúde de Odivelas e da Póvoa de Santo Adrião. E pensamos que, e provavelmente foi esquecimento, não está aqui o da Ramada, nem o da Pontinha, nem o de Famões.-----

Na construção de escolas, também nos parece que deveria estar aqui incluída a construção de uma Escola EB 2, 3 na Ramada. Na questão das linhas de água, parece-nos que deveria estar aqui considerada a requalificação dos rios e ribeiras e, relativamente às esquadras da PSP, até porque isto corresponde... enfim, a reivindicações que penso que são consensuais, quer por parte das populações, quer por parte das autarquias ao nível de juntas de freguesia.-----

Não está aqui considerada a Esquadra da Póvoa – Olival, da Ramada, da nova Esquadra da Pontinha e Esquadra de Famões. Também julgamos que deveria haver referência ao Metro de superfície Algés – Odivelas – Loures, até porque por via de não se falar pode ser esquecido e é, de facto, extremamente importante para o Concelho de Odivelas. Porque as pessoas têm o direito de andar em transporte colectivo, porque todas as políticas ambientais correctas e que correspondam desenvolvimento sustentável, optam



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

hoje por este tipo de sistema de transporte e não por sistema de transporte que o Governo e que este País insiste em promover.”-----

Pedro Martins, pela bancada do **PSD**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Numa altura que está prestes a ser discutido o Orçamento de Estado para 2005, era natural que o PS apresentasse aqui esta moção. Eu até só me espanto a CDU também não ter apresentado ou até mesmo o PS não ter apresentado mais do que uma, e isso espanta-me. Espanta-me porque é natural que seja assim. São o maior Partido da oposição e, portanto, é natural que assim seja. E espanta-me mais coisas...-----
Deixem-me que transmita os parabéns à bancada do PS porque eu até vou ter o trabalho de comparar, mas penso que bateram aos pontos as tradicionais moções da CDU, que são aquelas moções tipo rol e lista de supermercado. Fazem um chorrilho de reivindicações, um conjunto quase item por item de reivindicações e de equipamentos que gostavam de ver aqui construídos.-----

Depois, espanta-me também alguma desatenção, porque também como foi dito aqui pela Sra. Deputada Fátima Amaral, de facto como autarca não considero que os únicos equipamentos que façam falta em Odivelas sejam estes. Uns, por competência da Administração Central, mas também alguns da competência da Administração Local. Portanto, penso que todos nós gostávamos que estes equipamentos estivessem previstos em PIDDAC, por forma a que pudessem ser construídos, nós também gostávamos.-----

Agora, também me espanta uma outra coisa: que é a postura política do Partido Socialista, relativamente ao Orçamento de Estado. Mas, nomeadamente em relação ao PIDDAC – eu já sei que vão dizer: vocês utilizam sempre o mesmo argumento. Mas, por vezes, as coisas têm de ser ditas desta forma. É um pouco aquela postura daquela partido que teve a oportunidade de que hoje não estarmos perante todos estes equipamentos, inexistentes. Teve oportunidade para fazer e, de facto, não fez. Teve essa oportunidade numa altura, e durante seis anos, em que incentivava o consumo, em que incentivou que as pessoas adquirissem bens, que se endividassem até para adquirir esses mesmos bens. Portanto, era de supor que, durante seis anos, vivemos num desaforo financeiro. Era nessa altura que estes equipamentos deviam ter sido construídos.-----

Como tal, espanta-me um pouco, até alguma responsabilidade política, numa altura em que estamos a sair – e esperemos que o consigamos rapidamente e de uma forma sustentada - de uma crise económica internacional com reflexos, também, em Portugal que venham agora dizer que estes equipamentos não existem. Mas, fazem falta hoje, como já fazem falta há muito tempo.-----

Portanto, não esperava este discurso por parte do PS, mas, mais importante que isso, esperava que no passado, estas reivindicações que fazem hoje tivessem sido supridas por vocês próprios.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Depois, queria também dizer para que não fique a ideia de que este PIDDAC é um bicho-papão, e citando o jornal “O Público”, num dos seus títulos de destaques «PIDDAC cresce 140 milhões de Euros». Mas, também podemos ler no DN (também no mês de Outubro) «Autarquias vão receber mais 2,7%». Isto são só dois exemplos que demonstram que o PIDDAC, embora possa não ter, obviamente, contemplado tudo aquilo que desejaríamos, não é um bicho-papão. Aliás, pela última notícia que li, as autarquias vão receber mais 2.7% do que no ano passado, o que me parece significativo.-----

Depois, da mesma forma que o PS diz sobre quem elaborou este PIDDAC que tem uma postura inaceitável ao pretender fazer crer que este Município foi contemplado com uma verba global significativa – isto, em relação à Radial da Pontinha – também é curioso que não tenham introduzido nestas vossas contas o que vem disposto na página 101 do PIDDAC, que são seis milhões de contos, relativos ao empreendimento do Campo Grande / Odivelas. Penso que, também, era importante terem tido em atenção este valor, por uma questão de coerência.-----

De qualquer forma, relativamente a esta questão da Radial da Pontinha, se bem que podemos dar de barato que, a nível do PIDDAC, possa não estar introduzida no local devido, também não é menos verdade que vai ter repercussões na população de Odivelas. Não se está aqui dizer – e foi um pouco isso que os senhores fizeram crer, nomeadamente, aos mais desatentos: “os senhores introduziram isto em Odivelas”. Não. Eventualmente, não deveria de estar onde está, mas, de certo, vai ter repercussões nas acessibilidades e na vida dos odivelenses.-----

Posto isto, relativamente às questões do “Famigerado Endividamento Global 0 (zero)”, outra notícia do jornal que diz o seguinte: «Contabilizando as dividas totais das Câmaras, o Tribunal de Contas assinalou que valor dos empréstimos que não são obrigados a fiscalização prévia, subiu consideravelmente passando dos 116 para os 150 milhões de Euros». Eu entendo que estas medidas relativas ao endividamento, estão englobadas numa perspectiva mais geral. É aquela perspectiva de tentar baixar os custos, baixar as despesas, de haver algum rigor nas contas da Administração Central mas, também, nas da Administração Local.-----

Agora, o que me parece é que as Câmaras, ao longo do tempo, têm tentado encontrar outras formas que não as tradicionais por forma a suprirem as necessidades das pessoas. Mas, de facto, é que o endividamento vai aumentar. Por muito que nós gostasse-mos que as Câmaras não se endividassem mais, o facto é que não é simpático. Penso que a manutenção desta perspectiva de contenção nestes moldes, me parece correcta e justificável.-----

Ainda relativamente à lei das Finanças Locais, eu até penso que o Partido Socialista não tem preocupações, porque também no dia 15 deste mês, no Público, o vosso líder e secretário geral, diz que se ganhar as próximas eleições legislativas; uma das primeiras medidas que vai tomar será fazer uma revisão da Lei das Finanças Locais.-----

Mas diz mais, que vai sustentar esta Lei, dizendo:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

“...Sócrates promete tornar autarquias menos dependentes da construção..”.-----
Portanto penso também que aqui, o Partido Socialista, não tem que ter qualquer preocupação em relação a esta matéria.-----

Para finalizar e pelo que disse, parece-me que de facto, esta é moção claramente e também como foi aqui dito, penso que a questão da caça aos patos, não aplica só à CDU e aos PSD, esta é a moção que diz claramente que se pode atribuir ao Partido Socialista, porque isto é claramente uma moção eleitoralista. O que aliás se compreende sendo o maior Partido da oposição e portanto é desta forma que a consideramos, porque sendo o maior Partido da oposição, é de facto um Partido de poder e penso que deve ter uma postura coerente e responsável.-----

E esta é de facto uma moção, nem para o PS é bom, até porque falam aqui, de alguns equipamentos e de algumas construções, que é o que tenho conhecimento, mas até posso estar errado, que são nomeadamente a construção das escolas EB1, Jardim de Infância de Famões e a remodelação e ampliação da EB1, n.º 9 da Arroja; ao que me parece não é uma competência da administração central, mas sim administração local.-----

Portanto penso que há aqui uma correcção, dou ao desbarato, que possa estar errado.-----
Portanto, relativamente a esta moção penso que disse tudo o queria dizer, mas de facto tenho pena, que o Partido Socialista e esperava que tivesse uma outra postura relativamente ao PIDDAC, não teve, paciência!”-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vítor Peixoto**, pela bancada do **PS**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Senhora Presidente não vou responder, penso que não é isso que nós desejamos.-----

O Partido Socialista é coerente com estas moções do PIDDAC, sempre as apresentou e sempre as votou. E nós estamos apenas a defender os interesses do Concelho de Odivelas.-----

De facto, este Governo bateu aos pontos todos os PIDDACS que foram apresentados ao longo dos anos. Nós temos apenas 142 mil contos para o Concelho de Odivelas.-----

Esta é que é a verdade e é por isso que nós estamos a fazer isso.-----

Também sabemos e temos consciência, que apesar de haver uma proposta governamental, nem sempre é cumprido na sua globalidade.-----

E os Senhores também sabem, porque ao longo dos anos apresentaram diversas moções sobre o PIDDAC e sobre o Concelho de Odivelas e nós também as votamos.-----

Portanto, nós temos responsabilidade e coerência, não é uma moção eleitoralista. Nós não estamos aqui a pôr todos os equipamentos, não é por acaso, sabemos que eles fazem falta. Temos a responsabilidade de não os pôr todos e pôr aqueles que já têm protocolo celebrado.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

É isso que está em causa, não é rigorosamente mais nada, nós não estamos a pôr todos os equipamentos para depois andarmos a dizer aí, freguesia a freguesia, olhe que nós propusemos isto na Assembleia Municipal e na Assembleia da República.-----

Nós não fazemos isso, temos responsabilidade e portanto, aquilo que aqui está é aquilo que nós entendemos que será necessário, neste momento a prioridade absoluta para o Concelho de Odivelas, vêm outras.-----

Não nenhum Governo Central ou Local que consiga fazer tudo num ano, nenhum consegue.-----

A responsabilidade assume-se aqui, também as moções são nossas, não são dos outros.-----

Das nossas moções não fazemos as moções que os outros querem.-----

Portanto esta moção é nossa, assumimos na sua totalidade, compreendemos que o Concelho de Odivelas, tem falta de muitos equipamentos, compreendemos. Há até equipamentos que já estiveram em PIDDAC muitos anos e se esgotaram, porque não consegui ser utilizado. O Centro de Saúde de Odivelas, por exemplo, esteve em PIDDAC desde 1986 a 1991. Portanto caducou, porque na altura o argumento é que não havia terreno. E depois voltou a estar em PIDDAC. Fizeram-se protocolos com a administração central, no entanto aqui estamos novamente e o Centro de Saúde de Odivelas, nem sequer é contemplado.-----

O que está contemplado é uma verba miserável, para o Centro de Saúde de Olival Basto.-----

Portanto nós temos consciência daquilo que estamos a apresentar, não estamos a criticar ninguém, nós queremos apresentar uma moção e um documento que possa ser responsável, que possa ser executado nos anos mais próximos.-----

E a nossa coerência vai ao ponto, de através do grupo parlamentar, portanto temos alguma consistência naquilo que apresentamos o ano passado e voltarmos a apresentar este ano.-----

Porque de facto, isto tem uma sequência, não foi contemplado o ano passado, não foi contemplado este ano. Portanto, 142 mil contos para o Concelho de Odivelas, de facto é gozar com este Concelho e isso não podemos admitir, é evidente que nós reagimos, vamos reagir e vamos apresentar propostas, as propostas que pudermos apresentar, em sede de Assembleia da República.-----

Também, temos consciência que a Assembleia da Republica não propor tudo isto, não pode propor, porque senão seria irresponsável.-----

Agora 142 mil contos é que nós não podemos aceitar, não temos obra nenhuma no Concelho de Odivelas, no ano de 2005, acho que não se justifica.-----

Tanto mais, sabemos e todos sabem que as Câmara que foram beneficiadas foram as Câmara do PSD, a Câmara de Lisboa tem cerca de setecentos milhões, a Câmara de Sintra, a Câmara de Oeiras, só estou a falar na área metropolitana de Lisboa.-----

Portanto as Câmaras do PSD, foram as mais beneficiadas, temos que reagir.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

O Presidente da Junta de Freguesia da Pontinha, **José Guerreiro**, pela bancada do **PS**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Bom, eu naturalmente não estive na discussão desta moção do Partido Socialista (porque estava na Pontinha nesse dia, com o debate da REN).-----

Nós na Pontinha defendemos, há muitos anos a construção do centro de saúde da Pontinha e só não entrou no PIDDAC, há vários anos, porque a escritura do terreno, que é património do estado. São incongruências destas que eu não admito.-----

O metro de superfície é outra incongruência, não está na moção mas fica aqui o meu registo, em como naturalmente terão a minha defesa e serei intransigente enquanto estiver como Presidente de Junta.-----

Também em relação a certos elementos que o Senhor Deputado do PSD falou aqui, eu só o compreendo, porque não acompanhou certos debates que tem havido.-----

Via, exactamente o que o Partido Socialista está aqui a fazer, o PSD deveria ter feito há 10 ou 15 anos atrás. O Senhor Cavaco Silva prometeu e não cumpriu. Andamos há muitos anos nisto.”-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Um documento deste é de facto uma moção do PS, não temos dúvida nenhuma disso.-----

Reconhece que colocam na moção, equipamentos que sabem que, não vão aprovar. Portanto este é um documento político. Como político que é, por exemplo é muito mau que a 3ª freguesia do Concelho, vila do Concelho, não tenha um Centro de Saúde. E ninguém toca em nada.-----

A questão que se coloca é que, e todos os Ramadenses que aqui estão, temos dezassete mil pessoas com três médicos, aqui dizem que é uma extensão, não é nada, foi para nos enganar.-----

Portanto, de facto nós vamos votar a favor, estamos de acordo com o que está aqui, falta, mas não estamos de acordo que se coloque a ideia, que fique a ideia de que estas situações podem estar em separado, porque falou aqui que só o PS, mas nós também fizemos as mesmas propostas, de facto a situação é esta.-----

Mas nós não temos que, a Assembleia, como Assembleia, tem que defender o que é justo.-----

Então nós podemos aceitar, que um documento político, que nos coloque aquilo que é essencial às pessoas no dia-a-dia ? Isto é um órgão político, nós não estamos no campo da prática, estamos no campo político.-----

Isto é importante!-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Pontinha, falou Centro Saúde, a Ramada é a 3ª freguesia do Concelho, não tem nada.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Portanto se acham que eu como Presidente de Junta, aqui nesta Assembleia, tem condições para concordar com um documento destes, isto é para mim arrasador.-----

Desculpem, mas eu ando um bocado...você não gostam que eu fale alto, mas eu fiquei violentado há pouco, com umas intervenções que ouvi aqui, pior que se estivesse na PIDE.-----

Porque há coisas que aqui se dizem e esta também é outra: desculpem lá, mas eu sou Presidente da Junta de Freguesia da Ramada e estou aqui nesta qualidade.”-----

Seguidamente, a **Moção n.º 2** sobre o “**PIDDAC e OE 2005 para o Município de Odivelas**” foi colocada à votação, tendo a mesma sido **Aprovada por Maioria, com os votos a favor da bancada do PS e 8 votos da bancada da CDU, os votos contra das bancadas do PSD e CDS-PP e com a abstenção do Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, Ilídio Ferreira.**-----

Foram apresentadas duas declarações de voto da bancada da **CDU**, sendo uma do Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio Ferreira**, a título pessoal, e outra pela Deputada Municipal Maria de Fátima Amaral em nome da bancada da **CDU**, que seguidamente se transcrevem:-----

Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, Ilídio Ferreira-----

“Não votei favoravelmente, abstive-me, à Moção do PS sobre o PIDDAC por não referir como muito importante a construção do Centro de Saúde da Ramada e não protesta por não ser incluído no PIDDAC para 2005.”-----

Maria de Fátima Amaral, pela bancada da CDU-----

“A CDU votou a favor desta Moção, mas considera que o PIDDAC deveria conter também os seguintes equipamentos:-----

- *Centros de Saúde da Ramada / Pontinha / Famões;*-----
- *Construção de uma EB 2/3, na Ramada;*-----
- *Requalificação de Rios e Ribeiras;*-----
- *Construção da Esquadra da Póvoa/Olival Basto, Ramada, Pontinha, Famões;*-----
- *Metro de superfície – Algés/ Odivelas/ Loures.*-----

O Grupo Parlamentar do PCP vai apresentar a inclusão de todos estes equipamentos em PIDDAC.-----

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Odivelas.”-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os devidos esclarecimentos às questões levantadas pelos Senhores Deputados Municipais, o qual realizou a seguinte intervenção:-----

“Senhora Presidente, vou ser telegráfico!-----

Em relação à declaração do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famões, dizer-lhe que todos os concelhos, nomeadamente o Concelho de Odivelas que têm situações de calamidade eminente e que podemos a todo o momento ter situações confrangedoras para todos nós, nomeadamente para alguém da nossa família ou algum vizinho nosso, que se veja numa situação gravíssima em que precise de um alojamento temporário, todos os concelhos têm que ter um centro de realojamento temporário. E não tendo nós dinheiro para construir o tal hotel de três ou quatro estrelas que o Senhor Presidente da Junta referiu, naturalmente que optámos por encomendar um conjunto de pré-fabricados de elevada qualidade, equivalentes aos que já existem noutros concelhos por este país fora. Para que se constitua uma unidade para qualquer cidadão que tenha um incêndio na sua casa, que tenha uma inundação, que haja um deslizamento e que a sua casa possa desmoronar-se, possa temporariamente ser acolhido com qualidade até que a Segurança Social encaminhe esse cidadão para uma situação definitiva de realojamento.-----

Este centro de realojamento não se destina a quaisquer situações que nos possam causar alguma situação que se quer considerar que estamos a hostilizar quem quer que seja. Não! É para qualquer cidadão que num momento particular da sua vida, tenha uma necessidade de realojamento temporário por uma calamidade que o possa atingir.-----

Portanto, não pretendemos colocar qualquer gueto. É um projecto, como disse e muito bem, do tempo da Comissão Instaladora. Não tinham havido até agora grandes problemas em relação à necessidade do centro de realojamento, até porque já se realizaram obras de preparação do terreno há anos atrás.-----

Penso que, não gostando nenhum de nós de ter estas situações temporárias ao pé de nós, não são para ser habitadas necessariamente por pessoas de risco ou por criminosos ou marginais, mas sim por cidadãos que numa situação difícil da sua vida tenha necessidade de acolhimento, de um lar ou de um espaço onde possam passar alguns dias da sua vida, até que a Segurança Social ou o Município os possa encaminhar para uma habitação definitiva.-----

Em relação ao problema que colocou da habitação municipal, Senhor Presidente, garanto-lhe que o Município irá discutir com toda a serenidade, sem quaisquer pressas, a necessidade que este Município tem de ter habitação municipal a custos controlados. Não temos à partida, como sabe e se conhece a proposta, a configuração do tipo de situações que vão ser instaladas ou não neste local previsto para habitação a custos controlados. Quero-lhe dizer que eu próprio sou contra a criação de guetos, como o fui enquanto era Vereador na Câmara Municipal de Loures, com situações como a Apelação e a Quinta das Sapateiras, mas que entendo que a habitação municipal deve ter uma mistura adequada de pessoas mal realojadas, algumas



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

incluídas até no PER, e essencialmente também outras como jovens à procura da primeira casa, ou como situações de pessoas mal alojadas que precisem também de uma habitação. E é esta mistura que naturalmente faz com que não se criem guetos e se crie sim alguma sã convivência entre as pessoas.----- Naturalmente serão tidas em conta as considerações, este assunto será discutido no seu tempo e com toda a serenidade, e penso que poderá confiar no bom senso da Câmara Municipal de Odivelas.----- Em relação ao Bairro do Casal Novo, enquanto eu for Presidente, esta Câmara não andará atrás de calendários eleitorais. Mas esta Câmara não deixará de trabalhar pelo facto de faltarem cinco, seis ou dez meses para as eleições. O trabalho continuará sempre.----- A escritura de cedência do Casal Novo dos lotes para garantia das obras que eram necessárias realizar, só feita no dia 5 de Novembro. Estamos hoje a 16 de Novembro. Portanto, cumprido que foi este requisito da garantia que nós exigimos que fosse feita a escritura em nome da Câmara, dos lotes indispensáveis face à avaliação que foi feita, para garantir a execução de todas as obras no Bairro, quando nós entendermos que estamos em condições de ir ao local e fazer a entrega do alvará, fá-la-emos não porque há eleições, mas porque estão preenchidas todas as condições. Este Bairro já foi aprovado na Câmara há dois anos, só que é um bairro muito complicado com cerca de 7500 pessoas, cerca de 2500 lotes, e naturalmente não é fácil lidar com um bairro como este, mas que chegado à situação em que chegámos, não nos preocupará, como compreende, quaisquer questões eleitorais, nem enquanto eu for Presidente de Câmara o farei. Agora, não por haver eleições que nós deixaremos de fazer obras, de inaugurar o que tivermos para inaugurar e concluir o que tivermos para concluir.-----

----- Em relação ao Parque Urbano da Póvoa, de facto é verdade que foram sendo postas sucessivamente um conjunto de questões que a Câmara tomou a devida nota. Uma coisa são questões, outra coisa são perguntas que são feitas. Hoje houve aqui algumas perguntas, antes tinha havido um levantamento de um conjunto de questões que eu encaminhei para os serviços para serem tidas em devida conta.-----

E em relação às perguntas que aqui me colocou directamente hoje é assim:----- O parque urbano da Póvoa de Santo Adrião não foi aceite pela Câmara, porque houve uma situação de claro incumprimento do empreiteiro, e a Câmara não fez a aceitação daquela área, daquele parque e esta matéria está em contencioso.-----

Há uma situação contenciosa entre a Câmara e o empreiteiro, porque não cumpriu com as exigências que devia ter cumprido, para que aquele parque tivesse, de facto, um nome e a categoria de ser considerado um parque urbano, que não o é. De qualquer forma, também não podemos deixar degradar o espaço ambiental, e o Departamento do Ambiente já lançou o Concurso Público que está em fase de conclusão, para que a partir de 1 de Janeiro a Câmara assuma, de uma vez por todas, a responsabilidade da conservação e manutenção daquele espaço verde, porque de espaço verde pouco tem.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Dizer-lhe também que a Odivelgest celebrou com uma entidade privada a exploração de uma pequena cafetaria para dar alguma animação a todo aquele espaço, para que os pais e todos nós quando ali nos deslocamos queremos estar sentados a ler um jornal ou a beber um café, com os nossos netos ou com os nossos filhos possamos ter um local de encontro e de convívio. Portanto, é uma concessão feita com a Odivelgest que terá naturalmente os seus benefícios, porque haverá uma renda a ser paga à Odivelgest. É o que de momento lhe posso garantir em relação a estas questões do parque urbano da Póvoa. Como sabe, eu fui um crítico deste parque urbano, porque entendi que se perdeu uma oportunidade de se fazer um parque de estacionamento subterrâneo de um ou dois níveis naquele espaço, e por cima construir-se um bellissimo parque urbano. Não foi feito! Ao fim de pouco tempo dele estar concluído, começou a desabar e, portanto, esse contencioso mantém-se, mas a Câmara não pode ficar indiferente à preocupação dos cidadãos e a partir de Janeiro assumiremos a conservação e manutenção daquele parque, porque não podemos continuar a deixar aquele espaço ao abandono e vamos dar-lhe vida através da existência daquela cafetaria que lá está concessionada.-----

Dizer também ao Senhor Deputado Municipal Rui Ribeiro que muitas vezes os acontecimentos na vida e principalmente na sua idade, acabam por ultrapassá-lo. Se bem se lembra, levantou aqui há tempos um problema do parque urbano do Silvado. O Tribunal de Contas deu visto em sessão ordinária ao parque. A empresa que V.Ex.a aqui defendeu como tendo melhor projecto, desistiu da acção que tinha intentado.----- Em relação ao Relatório do Tribunal de Contas, eu não devo como Presidente de Câmara, por uma questão de ética e de respeito, estar aqui a comentá-lo numa sessão da Assembleia Municipal, porque este órgão tem toda a competência, porque foi enviado à Sra. Presidente da Assembleia Municipal para fazer a análise que entender. Agora, só lembro ao Senhor Deputado Municipal: as técnicas do Tribunal de Contas fizeram a sua análise, espero que tenha lido todo o Relatório porque em muitas das partes dele diz que a Câmara acabou por sanar o erro. São juizes que estão à frente do Tribunal de Contas e o que conta no relatório é a decisão do juiz. As conclusões das Senhoras Auditoras estão feitas e a decisão do juiz é que conta. Se o Senhor Deputado Municipal leu atentamente o Relatório, perceberá que na página 34 a decisão dos juizes diz assim: «Considerando que a Câmara Municipal de Odivelas manifestou a intenção de corrigir em parte substancial as deficiências apontadas, tendo adoptado já em alguns casos medidas nesse sentido, formulamos as seguintes recomendações...» Foi a decisão !----- Formularam quatro recomendações, compete ao Presidente da Câmara enquanto tal:----- Cumprir escrupulosamente todas as recomendações do Tribunal de Contas, porque se amanhã tiver uma inspecção sucessiva tento demonstrar ao Tribunal de Contas que não sou nem surdo, nem cego e que sei ler e ouvir, e que sei interpretar as recomendações do Tribunal de Contas;----- Além do mais, compete também ao Presidente da Câmara ler todas as conclusões das técnicas e naquelas situações em que se entender que há anomalias, estaremos aqui para todas corrigir as anomalias. Para que



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

se uma fiscalização aqui vier verificar que nós corrigimos todas as anomalias que foram levantadas, no âmbito das conclusões.-----

Mas que fique bem claro, que um Tribunal decide, não conclui. Os juizes não concluem, tomam decisões e o Tribunal através da página 34 tomou a sua decisão. Também quero dizer ao Senhor Deputado Municipal, que este Relatório além de ir para a Câmara, para a Assembleia e para a Internet, vai para o Ministério Público. E o Ministério Público, se entender que há faltas graves que deve imputar a quem quer que seja... O Presidente de Câmara já foi uma vez a julgamento ao Tribunal de Contas e foi absolvido. Irei a segunda vez, se for preciso. Estou de consciência tranquila, porque o Senhor Deputado talvez não perceba o que é instalar o Município do zero, talvez não entenda.-----

E quando aqui se fala em cabimentos, eu só quero lembrar-lhe que no tempo da Comissão Instaladora nós tivemos que assegurar de um momento para o outro a gestão de todo este território, porque a Câmara Municipal de Loures, como sabe, a partir de Junho, com a renúncia do Senhor Presidente da Câmara de Loures. Começámos com cinco membros da Comissão Instaladora numa sala da Junta de Freguesia, que nos foi gentilmente cedida pelo Senhor Presidente da Junta, depois a Câmara de Loures autorizou-nos a utilizar um «cochicho» na quinta parte daquilo que era a D. Dinis, porque nos proibia de passar para a outra parte e quando nós tínhamos de fazer as admissões e contratações para as pessoas que tinham de dar andamento aos processos e às necessidades dos cidadãos, o Presidente dizia : «Ao DFA/DP para cabimentação». Mas aonde é que estava o DFA/DP ? Iam centenas ou milhares de processos para cabimentação. Demoravam-se dois e três meses para se fazerem as cabimentações, mas o despacho do Sr. Presidente estava lá. Os procedimentos eram todos feitos e datados como a lei manda.-----

Agora, se o Senhor Deputado Municipal não quer entender que instalar o Município a partir do nada, só não erra quem nada quer fazer, e portanto eu assumo todas as responsabilidades. Estou disponível para o Ministério Público, para o Tribunal Contas, para responder a tudo o que eles quiserem, porque tenho a consciência tranquila que agimos de boa fé, não houve qualquer crime, nem de peculato, nem de proveito próprio, nem de favorecimento.-----

Portanto, eu estou disponível enquanto Presidente deste Município ao longo deste seis anos, a assumir os meus erros e as minhas faltas mas também a justificá-las.-----

Nessa matéria, a Câmara no seu todo e o Presidente da Câmara em especial, estão tranquilos. É uma auditoria ao longo do ano, porque não aponta aqui uma situação de crime ou de indício de crime de qualquer tipo. Aponta às vezes aspectos formais ou aspectos de burocracia que provavelmente não foram cumpridos como deveriam, mas se o Ministério Público os encontrar, eu estarei disponível para responder às perguntas que me quiserem colocar.-----

Senhor Deputado, eu espero que daqui a uns anos não seja de novo ultrapassado pelos acontecimentos e não venha a dizer «de facto este Relatório do Tribunal de Contas, comparado com muitos que são feitos a muitas Câmaras... abençoado seja este Relatório». É muito melhor do que muitos relatórios que eu tenho



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

visto em muitas outras câmaras. E já tenho muita experiência nesta matéria. E não vi nenhum Vereador da Câmara Municipal, até hoje, a manifestar a mínima intranquilidade face a este Relatório.-----

Agora, comentar este Relatório na Assembleia Municipal não me compete a mim. A análise é a Assembleia Municipal que a terá de fazer, se entender fazer porque a isso a lei obriga. Faz parte das competências da Assembleia Municipal fazer a análise dos Relatórios das entidades que tutelam as autarquias.-----

Senhora Presidente, não queria deixar de salientar este facto para não pensarem que estamos aqui com medo e a esconder alguma coisa que este Relatório tivesse... não tenho medo nenhum!-----

Apesar do alarme que o Senhor Deputado aqui quis lançar...-----

Eu ando na vida política há trinta anos... Nunca souu na minha consciência qualquer alarme. Durmo tranquilo a noite toda.-----

Portanto, não tente deitar alarmes, Senhor Deputado, nem criar aqui quaisquer situações de pânico, porque esta Câmara não está em pânico, e não vi a Assembleia Municipal em pânico. Estamos todos tranquilos.-----

Senhora Presidente, todas as outras questões, para não lhe maçar e para dar bom andamento aos trabalhos, deixarei para responder por escrito. Peço desculpa, mas também queria contribuir para o bom andamento dos trabalhos. Muito obrigado!"-----

A Deputada Municipal **Maria de Fátima Amaral**, da bancada da **CDU**, apresentou uma proposta verbal, no sentido de se alterar a metodologia dos trabalhos, passando-se de imediato para o Período de Intervenção do Público.-----

A proposta supra mencionada foi colocada à consideração do plenário pela **Senhora Presidente**, tendo a mesma sido **Rejeitada por Maioria, com os votos contra das bancadas do PS, PSD e CDS-PP e com os votos a favor da bancada da CDU.** -----

A **Senhora Presidente** deu então início à discussão dos Pontos integrados na Ordem do Dia acima melhor discriminada.-----

PONTO 1 - CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE ODIVELAS-----

Presente para deliberação, a **Senhora Presidente** apresentou a proposta de constituição do Conselho Municipal da Juventude de Odivelas, de acordo com o impulso da discussão oriundo da bancada do CDS-PP, bem como a análise do Ofício da Câmara Municipal de Odivelas, solicitando o adiamento da votação desta mesma Proposta. Ofício esse que apresentava o ponto da situação do projecto relativamente à



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Constituição deste Conselho e cuja proposta já está em elaboração pelo Departamento dos Assuntos Sociais e Juventude / Divisão de Apoio à Juventude da Câmara Municipal de Odivelas, Ofício esse cujo conteúdo seguidamente se transcreve:-----

"No seguimento das directrizes da Sra. Vereadora Graça Peixoto, ao Departamento de Assuntos Sociais e Juventude / Divisão de Apoio à Juventude e tendo sido dados vários passos no sentido de envolver a comunidade juvenil e as estruturas locais na criação do Conselho Municipal da Juventude, nomeadamente:--

- A realização de uma reunião com as Associações Juvenis e de Estudantes do Concelho;-----
- A auscultação das Juntas de Freguesia, entidades que por se encontrarem tão próximas da comunidade devem ser envolvidas.-----

E atendendo que se pretende após consulta de todos, auscultar novamente as entidades supra mencionadas, solicita-se a sua melhor compreensão para o adiamento da votação da proposta do Conselho Municipal da Juventude.-----

Com os melhores cumprimentos,-----

O Presidente da Câmara-----

(Manuel Vargès, Dr.)"-----

Pela bancada do **PS** foi apresentado um Requerimento sobre este Ponto, que seguidamente se transcreve:--

-----"REQUERIMENTO-----

-----CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE-----

1. Nos termos do artigo 70º da Constituição da República Portuguesa, os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos. Assim, a política de juventude deverá ter como objectivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efectiva integração na vida activa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço à comunidade;-----
2. Contrariamente ao que ocorre com o Conselho Municipal de Segurança e com o Conselho Municipal de Educação cuja constituição e disciplina de funcionamento tem enquadramento e tratamento legal em legislação específica e na lei 169/99, de 18 de Setembro, no que tange ao Conselho Municipal de Juventude tal regime não foi ainda criado, pelo que nem sequer está previsto a quem compete o impulso da feitura do seu regulamento;-----
3. Considerando que quem desenvolve políticas de juventude é o órgão executivo;-----
4. Considerando que o executivo está a consultar as várias associações juvenis do Conselho, que já remeteram á CMO os seus contributos;-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

5. *Considerando que os Presidentes de junta vão igualmente ser consultados neste domínio no dia 18 de Novembro;*-----

O Partido Socialista requer que:-----

- a) a Assembleia Municipal aguarde o envio por parte da CMO do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude;*-----
- b) Tal documento antes de ser agendado numa próxima sessão, seja objecto de consulta prévia por parte das Comissões competentes (I e IV);*-----
- c) Se desagende o ponto 1 da Ordem do Dia.*-----

Os Deputados Municipais do PS.”-----

O Ponto foi posto à discussão, tendo usado da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Ricardo Cordeiro, pela bancada do **PSD**, realizando a seguinte intervenção:-----

“A bancada do PSD concorda com o princípio que foi dito aqui agora pelo Partido Socialista. Recebemos esta comunicação do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Gostaríamos apenas de fazer uma referência:-----

Segundo a mesma comunicação, vão ser realizadas reuniões com associações juvenis e de estudantes do Concelho de Odivelas, auscultação de juntas de freguesia, julgo que será importante ouvir as juntas de freguesia, mas julgo que não será o essencial para a criação do Conselho Municipal de Juventude.-----

Gostaria apenas de frisar que, deveriam ser ouvidas e deveriam ser incluídas nestas audições que esta Câmara irá levar a efeito, as juventudes partidárias deste Concelho, não só dos partidos com assento na Assembleia Municipal, mas todos os partidos que tenham algum contributo a dar para a criação do Conselho Municipal de Juventude e para a realização deste Regulamento. Muito Obrigado!”-----

Rui Ribeiro, pela bancada do **CDS/PP**, realizando a seguinte intervenção:-----

“Relativamente a este adiamento, está a decorrer conforme o previsto... pelo menos pelo CDS, porque sempre que há acções promovidas pelo CDS existem sempre aqui alguns burburinhos neste tipo de situações. E vai sendo sucessivamente adiado de assembleia municipal em assembleia municipal, algo que até a Senhora Presidente não está habituada e desgosta de todo.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Relativamente ao adiamento, como é natural, e dado o desenrolar da situação, e que felizmente foi o CDS que aqui deu o pontapé de saída, porque estava adormecido, não sei porquê... e essa foi a intenção! Naturalmente, também sou apologista que, em termos de auscultação de associações juvenis, sejam incluídas as juventudes partidárias dos partidos, neste caso, que tenham assento na Assembleia Municipal. Muito Obrigado!"-----

O Deputado Municipal **Ricardo Cordeiro**, pela bancada do **PSD**, realizou nova intervenção com o seguinte teor:-----

"Em primeiro lugar, o Conselho Municipal da Juventude não é uma ideia do CDS/PP, nem aqui, nem em lugar nenhum. E a questão de estar adormecido... não está! E o Senhor Deputado sabe muito bem que não está, e se não sabe deveria saber porque há falta de comunicação dentro do seu partido.-----

Durante dois anos consecutivos a JSD, no último ano com a JS, e tentámos conversar com a JC, tivemos reuniões agendadas às quais os senhores sempre faltaram, nunca quiseram estar presentes, e agora aparecem na Assembleia Municipal com uma proposta única. Não ouviram nem a JSD, nem a JS como estava combinado."-----

Após este período, a Proposta de retirada deste Ponto da Ordem de Trabalhos, foi colocada à votação, tendo a mesma sido **Aprovada por Maioria com os votos favoráveis das bancadas do PS, PSD e CDS-PP e com a abstenção da bancada da CDU.**-----

PONTO 2 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2005-----

Presente para deliberação, a Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o Ano de 2005, constante da Informação n.º 21/DFA/JF/2004 datada de 29/10/2004, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovada na 21ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 04.11.2004, e que seguidamente se transcreve:-----

INFORMAÇÃO N.º 21/DFA/JF/2004-----

"Nos termos do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto – Lei 287/2003, de 12 de Novembro, as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis são as seguintes:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

- a) *Prédios rústicos* : 0.8%-----
- b) *Prédios urbanos* : 0.4% a 0.8%-----
- c) *Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI*: 0.2% a 0.5%-----

O n.º 4 da referida disposição legal, dispõe que os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixem a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do mesmo artigo.-----

Tendo em conta:-----

- a transição da Contribuição Autárquica para o novo imposto;-----
- a necessidade de, num futuro que se deseja de curto prazo, ser consolidada informação mais rigorosa sobre as alterações produzidas ao nível do montante de cobrança do imposto, facto exógeno ao Município de Odivelas;-----
- a necessária prossecução da política de contenção e consolidação financeira deste Município;-----

Propõe-se que as taxas a fixar nos termos do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano de 2005, sejam as seguintes :-----

- *prédios rústicos*: 0.8% (fixado por Lei) -----
- *prédios urbanos*: 0,7%-----
- *prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI*: 0,4%-----

A Assembleia Municipal deverá deliberar sobre a matéria nos termos do n.º 8 do referido artigo 112º -----

A deliberação terá de ser comunicada à Direcção Geral de Impostos, até 30 de Novembro, para que as taxas vigorem no ano seguinte”.-----

A **Senhora Presidente** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.-----

Usaram da palavra neste ponto, os seguintes Deputados Municipais:-----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS**, que realizou a seguinte intervenção:-----

“Para o Partido Socialista a introdução, há um ano, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (C.I.M.I.), apresentava vários aspectos que, na teoria, tinham uma leitura mas que só agora, e de forma ainda não totalmente experimentada, pode avaliar o efeito do seu lado prático.-----

A adopção, em 2003, pelo menos por parte do Partido Socialista, da recomendação da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em aplicar as taxas máximas admissíveis para os prédios urbanos e para os



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

prédios urbanos avaliados, respectivamente de 0,8% e 0,5%, teve em consideração, além da referida recomendação, também a expectativa criada, e que se revelou defraudada, em consequência da substituição da SISA.-----

Quanto aos efeitos, em termos de receitas municipais arrecadadas com a aplicação do I.M.I., eles têm sido positivos, não o negamos.-----

Sendo os impostos, em geral, e os impostos municipais, em particular, uma força catalizadora ou inibidora do desenvolvimento regional, e fazendo uso das possibilidades oferecidas pelo estabelecimento de limites máximos e mínimos de variação das taxas aplicáveis, o Partido Socialista propôs que, para o ano de 2005, houvesse uma redução de 0,1% em cada uma das taxas, estabelecendo, para os prédios urbanos, uma taxa de 0,7% e para os prédios urbanos avaliados segundo o C.I.M.I., uma taxa de 0,4%.-----

É desejo do Partido Socialista que os principais beneficiados com esta redução sejam os Municípios de Odivelas, quer na sua vertente de potenciais compradores de habitação própria, quer na de proprietários de imóveis para venda que, e segundo números de que dispomos, têm no mercado cerca de 10.000 fogos devolutos, para que, deste modo, possamos contribuir para uma maior dinamização do sector imobiliário.-----

É igualmente desejo do Partido Socialista que o ano de 2005 seja diferente, para melhor, do ano de 2004. Pelo menos que as condições de vida dos portugueses não se degradem ainda mais, não só a nível económico, mas também em todas as outras vertentes indispensáveis para poderem levar uma vida condigna, das quais destacamos a educação, a saúde, a protecção na infância e na terceira idade, melhores transportes, etc.-----

Mas, pelo caminho que as “coisas” levam, e do modo como o Governo Central trata o Poder Local, não só em termos de atribuição de verbas, mas também pelas possibilidades de recorrer a essas verbas, para investimentos indispensáveis à criação de melhores condições de vida para os Odivelenses, duvidamos. Ou melhor, não acreditamos num melhor 2005. E não somos pessimistas: somos realistas.”-----

Usaram da Palavra ainda no âmbito deste ponto, os seguintes Deputado Municipais:-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, realizou uma intervenção que converteu em declaração de voto e que se encontra transcrita no local próprio;-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**.-----

Após este período, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Foram apresentadas declarações de voto pelas bancadas do **PSD** e da **CDU**, que seguidamente se transcrevem:-----

Declaração de Voto da bancada do PSD-----

“Quer nesta Assembleia Municipal, quer na Câmara o PSD votou favoravelmente no ano de 2003, a proposta de fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, na sua taxa máxima.-----

Passado um ano entendemos que se justifica uma análise reflectiva sobre o mesmo.-----

Uma reflexão sobre a Reforma da Lei da Tributação do Património, designadamente sobre os seus efeitos reais, quer sobre os cidadãos, quer sobre as receitas municipais.-----

Esta é aliás uma reflexão que se justifica ainda mais, após as dúvidas, preocupações e posições extremadas, tradicionais a determinados espectros políticos, que se verificam hoje como tendo sido infundadas e pouco sustentadas.-----

Afirmámos há um ano e reafirmamos hoje, que consideramos esta reforma como essencial e positiva, porquanto a mesma re-distribui com maior justiça os impostos sobre o património.-----

Por outro lado procede-se a uma re-avaliação dos imóveis, permitindo uma distribuição da carga fiscal de forma equilibrada entre os proprietários dos prédios mais recentes e mais antigos, ao mesmo tempo que reforça e para nós esta é uma questão central, o papel dos municípios na definição das taxas de imposto, na avaliação e na decisão quanto à concessão de benefícios fiscais.-----

Sublinhamos também que ao contrário do que as autarquias previam inicialmente o novo imposto, sustentado nesta Reforma não acarretou decréscimos ao nível das receitas, tendo havido na generalidade um acréscimo significativo.-----

Acréscimos significativos que no caso do nosso Concelho e tendo em conta o exagerado crescimento urbanístico, têm tendência a aumentar, engordando o número de contribuintes do IMI e as consequentes receitas.-----

Por isso é com satisfação que constatamos que estávamos correctos quando afirmámos que a reforma da tributação do património era necessária, ao contrário do que vaticinavam os arautos da desgraça.-----

No que concerne por outro lado à proposta de taxa que temos hoje aqui para deliberação como é do conhecimento de todos o PSD há um ano atrás votou pela sua definição nos valores máximos.-----

Fizemo-lo tendo em conta não só mas também as recomendações da Associação Nacional de Municípios Portugueses e porque acreditando na reforma, sabíamos que a mesma não iria ter as consequências nefastas que se apregoava.-----

Mas essencialmente fizemo-lo, afirmando e defendendo uma avaliação permanente e uma correcção em baixa no ano seguinte, ou seja no presente ano.-----

A realidade veio-nos dar razão.-----

Paralelamente importa sublinhar o seguinte:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Sublinhar que o IMI assim como a derrama devem ser vistos não só na sua componente financeira mas de uma forma mais global, integrada e como instrumento de gestão.-----

Consideramos que o IMI embora gere receitas municipais não deve ser encarado unicamente como uma forma de financiamento das autarquias.-----

Entendemos que o IMI é também um instrumento de incentivo e uma ferramenta potenciadora ao dispor das autarquias, junto do mercado imobiliário tornando o Concelho de Odivelas mais atractivo para a fixação de novas populações que aqui poderão adquirir as suas habitações (novas ou usadas), assim seja o nosso Concelho mais atractivo que os Concelhos confinantes.-----

Sublinhar também as diferentes possibilidades que a Lei que enquadra o IMI coloca à disposição das autarquias, nomeadamente criando a possibilidade de serem definidas taxas de forma diferenciada. Assim estejamos perante habitações devolutas, habitações que tenham sido alvo de obras de melhoramento ou habitações situadas em Bairros recém legalizados.-----

Entendemos inclusive que esta pode ser uma das formas de dar resposta a alguns problemas com que o Concelho se começa a deparar, designadamente e como exemplo a existência de habitações quer novas quer usadas que se encontram desabitadas.-----

No entanto, e para que não hajam dúvidas, o PSD considera a definição da taxa do IMI e a sua eventual redução como ferramenta para dinamizar o sector imobiliário existente. Nunca por nunca aceitaremos que a definição da mesma objective mais construção que em nosso entender é já demasiado elevada no nosso Concelho.-----

Assim,-----

Considerando os efeitos reais que a Reforma sobre a Tributação do Património trouxe quer sobre os cidadãos, quer sobre as receitas municipais.-----

Considerando a justiça social que o IMI trouxe aos cidadãos e Municípios.-----

Considerando que as receitas municipais não decresceram.-----

Considerando o IMI como uma ferramenta ao dispor dos Municípios.-----

Considerando a possibilidade que as autarquias dispõem de definir diferentes taxas para diferentes situações, diferenciando positivamente,-----

Afigurasse-nos positiva uma correcção em baixa das actuais taxas do IMI de 0,8 para 0,7% e de 0,5 para 0,4% para o ano de 2005.-----

Por isso e não obstante uma permanente avaliação dos efeitos do IMI no futuro votamos favoravelmente a proposta apresentada."-----

Declaração de Voto da bancada da CDU-----

"Em Dezembro de 2003, quando da fixação do IMI para 2004 dissemos:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

«Votámos contra a proposta de valores máximas para o IMI porque consideramos que a população já está demasiado sobrecarregada com impostos, aumentos brutais de serviços e produtos básicos e ainda por cima a contenção salarial que o governo quer impor – quando os portugueses já têm os mais baixos salários da União Europeia – está a conduzir à degradação da situação social de muitas famílias.-----
Segundo a União Europeia em Portugal vivem 2 milhões e 300 mil pessoas em situação de pobreza (23% população do país).-----

Apresentámos uma proposta alternativa que reduzia os valores e tinha um incentivo à recuperação de prédios degradados ou a necessitar de obras que não foi aceite pelo PS e PSD.»-----

Hoje já ninguém pode negar que este imposto aumentou para a maioria das pessoas, comprovando-se assim a justeza da nossa posição.-----

A proposta que acabámos de deliberar para o ano de 2005 vai de encontro à diminuição que a CDU, através dos seus vereadores propôs ao Sr. Presidente da Câmara.-----

Não apresentámos novamente a proposta de redução de 15% para os prédios urbanos reabilitados porque entretanto soube-se que o DL 287/2003 no seu artigo adita ao Estatuto dos Benefícios Fiscais o artigo 40-A o seguinte:-----

«ficam isentos de IMI os prédios urbanos objecto de reabilitação urbanística, pelo período de 2 anos a contar do ano, inclusive, da emissão da respectiva licença camarária.»-----

Consideramos necessário a divulgação pública desta isenção.”-----

PONTO 3 - CEDÊNCIA DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DETIDAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES E PELA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DOS CONCELHOS DE LOURES E ODIVELAS (AECSCLO) NO CENTRO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS DOS CONCELHOS DE LOURES E ODIVELAS (CAELO) AO MUNICÍPIO DE ODIVELAS-----

Presente para deliberação, o Ponto supramencionado, de acordo com o proposto na Informação n.º 15/DJAG/DJ/IL/03, de 01.09.03, remetido pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovado na 17ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 10.09.2004, e que seguidamente se transcreve:-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

“1 - Por escritura de 16/05/2001, lavrada de fls. 11 verso a folhas 13 verso do Livro Número 2 do Notário Privativo do Município de Odivelas, e rectificada em 19/07/2002, de fls.6 a 9 do Livro Número 3 do mesmo Notário, formalizou-se a adesão do Município de Odivelas ao CAELO- Centro de Actividades Económicas de Loures e Odivelas- Sociedade de Promoção do Desenvolvimento Económico de Loures e Odivelas, L.da (vide docs. 1, 2 e 3). -----

2 - O CAELO tem um capital social de € 29.924,00 (vinte e nove mil novecentos e vinte e quatro euros), correspondente à soma de quatro quotas iguais de € 7.481,00 (sete mil quatrocentos e oitenta e um euros), cada uma, pertencentes aos sócios, Município de Loures, representado pela Câmara de Loures, Município de Odivelas, representado pela Câmara de Odivelas, AERLIS- Associação Empresarial da Região de Lisboa e AECSCLO- Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas.-----

3 - No quadro geral da gestão do CAELO, no dia 18 do mês de Julho de 2003, reuniu a sua Assembleia Geral, a fim de discutir os seguintes pontos, constantes da ordem de trabalhos (vide doc. 4): -----

1. Acordo de cedência de quotas da Câmara Municipal de Loures e da AECSCLO- Associação Empresarial do Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas, à Câmara Municipal de Odivelas; -----
2. Eleição do Presidente da mesa da Assembleia Geral para o ano em curso; -----
3. Eleição do Presidente do Conselho de Gerência para o ano em curso.-----
4. Relativamente ao ponto 1 - cedência de quotas da Câmara Municipal de Loures e da AECSCLO - Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas, à Câmara Municipal de Odivelas- foi aprovado, por unanimidade, o seguinte: -----
 - a) A cedência de quotas da Câmara Municipal de Loures e da AECSCLO - Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas, à Câmara Municipal de Odivelas; -----
 - b) A cedência de cada uma das participações sociais será efectuada pelo preço de € 1,00 (um euro), a pagar pela Câmara Municipal de Odivelas, à data da formalização da cedência; -----

A Câmara Municipal de Odivelas compromete-se ainda a efectuar o pagamento à Câmara Municipal de Loures da quantia despendida por esta, relativamente à comparticipação de 12,5% dos equipamentos instalados no CAELO; -----
 - c) A Câmara Municipal de Loures e a AECSCLO- Associação Empresarial de Comércio e de Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas, delegarão na Câmara Municipal de Odivelas, os seus poderes de representação nos órgãos sociais do CAELO; -----
 - d) A imediata ocupação, por parte da Câmara Municipal de Odivelas, do edifício onde se encontra instalado o CAELO, disponibilizando a Câmara Municipal de Loures e a AECSCLO- Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas, os seus próprios espaços para instalação de serviços do Município de Odivelas; -----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

e) A partir deste momento, a AERLIS- Associação Empresarial da Região de Lisboa dá o seu acordo para a ocupação do edifício do CAELO, pela Câmara Municipal de Odivelas- Departamento de Actividades Económicas, seguindo-se as devidas deliberações em próximo Conselho de Gerência do CAELO. -----

5. No sentido de dar seguimento à deliberação da Assembleia Geral acima referenciada, afigura-se que deverá a Câmara Municipal de Odivelas pronunciar-se, favoravelmente, sobre o seguinte: -----

a) Quanto à aquisição das participações sociais detidas pela Câmara Municipal de Loures e pela AECSCLO- Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas no CAELO, pelo preço de € 1 (um euro); -----

b) Quanto ao pagamento pela Câmara Municipal de Odivelas, à Câmara Municipal de Loures, da quantia despendida por aquela edilidade na comparticipação de 12,5% no apetrechamento do centro de formação do CAELO, que, de acordo com informação do CAELO, foi no montante de € 20.035,47 (vinte mil e trinta e cinco euros e quarenta e sete cêntimos); -----

c) Quanto à posterior unificação das quotas a adquirir ao Município de Loures e à AECSCLO com a quota já detida pelo Município de Odivelas. -----

Nesta conformidade, propõe-se o envio do presente processo à reunião da Câmara Municipal de Odivelas, para os efeitos descritos em 5.”-----

Não se registando intervenções, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

PONTO 4 - PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA PARCELA DE TERRENO AC2 DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2000-----

Presente para deliberação, a Proposta de Desafecção do Domínio Público Municipal da Parcela de Terreno AC2 do Alvará de Loteamento n.º 1/2000, de acordo com o proposto na Informação n.º 1301/DP/2004, de 23.09.04, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovada na 20ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 20.10.2004, e que seguidamente se transcreve:-----

“**INFORMAÇÃO N.º 1301/DP/2004**-----

Em Maio de 2001 a Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada, solicitou ao Município a cedência de um terreno sito nas Granjas Novas para a construção de um estabelecimento destinado à infância. Em



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

resposta a este pedido veio o então GARSJ, actual DASJ, emitir um parecer favorável no sentido de se ceder em direito de superfície a parcela de terreno AC2 (conforme inf. N.º 34/GARSJ/MCG/01). -----

A parcela de terreno AC2, integrada no domínio público e destinada a equipamento colectivo, veio à posse do Município através do Alvará de Loteamento n.º 1-2000, Granjas Novas. -----

A referida parcela de terreno confronta a Noroeste com o lote 238, Sudeste com Dr. Juberto Estibeiro, Nordeste com Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A. e Sudoeste com lotes 54 e 56, com a área de 2885m² com o valor de €14.390,32 (catorze mil trezentos e noventa euros e trinta e dois Cêntimos). -----

A fim de se poder propor em reunião de Câmara a cedência em direito de superfície da referida parcela à Associação, é necessário que previamente, sob proposta da Câmara, a Assembleia Municipal delibere sobre a desafecção da parcela acima identificada, art. 53 n.º 4, al. b), da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Face ao exposto, propõe-se o envio da presente informação a reunião de Câmara e posteriormente a reunião de Assembleia Municipal.”-----

Não se registando intervenções, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

PONTO 5 - PROPOSTA DE DESAFECÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA URBANIZAÇÃO DA QUINTA DO PORTO PINHEIRO-----

Presente para deliberação, a Proposta de Desafecção do Domínio Público Municipal de uma Parcela de Terreno sita na Urbanização da Quinta do Porto Pinheiro, de acordo com o proposto na Informação n.º 1396/DP/2004, de 12.10.04, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovada na 21ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 04.11.2004, e que seguidamente se transcreve:-----

“**INFORMAÇÃO N.º 1396/DP/2004**-----

A 17 de Novembro de 1981 foi cedido ao Município de Loures, através de escritura, uma parcela de terreno, sita na Urbanização do Porto Pinheiro, denominada de Parcela S, destinada a equipamento desportivo, com a área de 29 240 m2.-----

Através do Alvará e Licença de Loteamento n.º 1/2001/DLO, foi cedido ao Município de Odivelas, entre outras, uma parcela de terreno denominada de Parcela A, destinada a equipamento, com a área de 39 615, 32 m2, sita na Urbanização da Quinta do Porto Pinheiro.-----



Município de Odivelas **Assembleia Municipal**

Esta área foi integrada automaticamente, aquando do registo predial, no domínio público por afectação, nos termos do n.º 3, do artigo 44º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.-----

As parcelas têm as seguintes confrontações:-----

	<i>Norte</i>	<i>Sul</i>	<i>Nascente</i>	<i>Poente</i>
<i>Parcela S</i>	<i>Z10 - Lote 7; Z10 - Lote 8; Z10 - Lote 9; Z10 - Lote 10; Rua B</i>	<i>Espaço Público; Rua A; Z1 - Lote 14 e 15</i>	<i>Rua A; Rotunda 5; Rotunda 4</i>	<i>Z10 - Lote1; Z10 - Lote2; Z10 - Lote 3; Z10 - Lote 4; Z10 - Lote 5; Z10 - Lote 6</i>
<i>Parcela A</i>	<i>Rua B</i>	<i>Parcela A</i>	<i>Rua A; Rotunda 4 e 5</i>	<i>Parcela A</i>

Na sequência da assinatura de Contrato Promessa de Cedência em Direito de Superfície, entre o Município e o Odivelas Futebol Clube, de parte destas duas parcelas (parte da parcela S: 20 946,21 m2 e parte da parcela A: 36 488,87 m2) é necessário proceder, primeiramente, à desafecção do total das parcelas para o domínio privado do município.-----

Assim, torna-se necessário que o processo seja submetido a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, para deliberar sobre a desafecção das parcelas S de 29 240 m2 e da parcela A de 39 615,32 m2 pertencentes ao domínio público, nos termos do artigo 53º, n.º 4, alínea b), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----

À consideração superior,"-----

*Não se registando intervenções, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.*-----

PONTO 6 - PROPOSTA DE DESAFECÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DAS PARCELAS 40 E 41 DO OLIVAL DO PANCAS – PONTINHA-----

Presente para deliberação, a Proposta de Desafecção do Domínio Público Municipal das Parcelas 40 e 41 do Olival do Pancas – Pontinha, de acordo com o proposto na Informação n.º 1355/DP/2004, de 30.09.04,



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

remetida pelo Senhor Presidente a esta Assembleia Municipal e aprovada na 21ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 04.11.2004, e que seguidamente se transcreve:-----

 “Em 1985 foi doado ao Município de Loures, através de escritura, uma parcela de terreno, sita na Urbanização Olival do Pancas, destinada à construção de habitações sociais, com a área de 50 600 m2 (Ficha 100, Pontinha e Art. 55 NN1).-----

Foram desanexados vários lotes, na sequência do Loteamento do Olival do Pancas.-----

Após estas desanexações resta uma área de 42 917,575 m2, do prédio mãe, área que está integrada no domínio público, existindo contudo, uma diferença entre a área descrita na Repartição de Finanças e na Conservatória, situação que está sujeita a rectificação de áreas na Repartição de Finanças.-----

Na área pertencente ao domínio público estão inseridas as parcelas 40 e 41, as quais vão ser adquiridas pela EPAL para a implantação do Adutor de Circunvalação, sendo necessário proceder à desafecção das mesmas para o domínio privado do município.-----

 A parcela 40 tem a área de 224 m2 e a parcela 41, a área de 184 m2, tendo as seguintes confrontações:-----

	Norte	Sul	Nascente	Poente
Parcela 40	EPAL, JAE e Comissão de Assistência e Habitação do Gov. Civil do Distrito de Lisboa	Terreno Municipal	Comissão Assistência e Habitação do Gov. Civil do Distrito de Lisboa	JAE
Parcela 41	JAE	Terreno Municipal	Terreno Municipal	JAE

 Assim, torna-se necessário que o processo seja submetido a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, para deliberar sobre a desafecção destas duas parcelas pertencentes ao domínio público, nos termos do artigo 53º, n.º 4, alínea b), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----

À consideração superior”,-----

 Não se registando intervenções, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

PONTO 7 - PROPOSTA DE DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NO CASAL DAS COMENDADEIRAS E SÃO SEBASTIÃO – FAMÕES-----

Presente para deliberação, a Proposta de Desafecção do Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno sita no Casal das Comendadeiras e São Sebastião – Famões, de acordo com o proposto na Informação n.º 1379/DP/2004, de 08.10.04, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal e aprovada na 21ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 04.11.2004, e que seguidamente se transcreve:-----

“*INFORMAÇÃO N.º 1379/DP/2004-----*

Através do Alvará de Licença de Loteamento n.º 1/2004/DLO, foi cedido ao Município de Odivelas, entre outras, uma parcela de terreno denominada de Parcela A, destinada a equipamento, com a área de 3 768 m2, sita no Casal das Comendadeiras e S. Sebastião.-----

Esta área integra automaticamente o domínio público por afectação, nos termos do n.º 3, do artigo 44º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho.-----

Na sequência da assinatura do Protocolo de Cedência em Direito de Superfície celebrado entre o Município de Odivelas e o Centro Comunitário de Famões, torna-se necessário proceder à desafecção de 3 314 m2 da referida parcela para o domínio privado do município.-----

Assim, torna-se necessário que o processo seja submetido a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, para deliberar sobre a desafecção desta parcela, com a área de 3 314 m2, pertencente ao domínio público, nos termos do artigo 53º, n.º 4, alínea b), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----

À consideração superior”,-----

Não se registando intervenções, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

PONTO 8 – INDICAÇÃO DE NOVOS REPRESENTANTES DAS FORÇAS DE SEGURANÇA E DO DIRECTOR REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LISBOA, PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-----

Presente para deliberação, a Indicação de novos Representantes das Forças de Segurança e do Director Regional de Educação de Lisboa, para o Conselho Municipal de Educação, de acordo com o proposto na Informação n.º 059/CVL/2004, de 03.11.04, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Municipal e aprovada na 21ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada em 04.11.2004, e que seguidamente se transcreve:-----

-----“PROPOSTA-----

Na 13ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, de 02 de Julho de 2003, foi aprovada a proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação de Odivelas, sendo de seguida submetida à 2ª Reunião da 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal para deliberação, conforme previsto no Dec. Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, no seu artigo 6º.-----

Na 23ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 9 de Dezembro de 2003, submetida à 2ª Reunião da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, foi substituído o representante das Forças de Segurança no mesmo Conselho, sob proposta do Comando Metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública-Divisão de Loures.-----

Tendo em conta que foram enviadas novas propostas de substituição dos representantes das Forças de Segurança e do Senhor Director Regional de Educação de Lisboa, propõe-se, de acordo com as propostas enviadas pelos respectivos Organismos Tutelares, que o novo representante das Forças de Segurança no Conselho Municipal de Educação, seja o Senhor Subcomissário Joaquim Filipe de Oliveira Horta, Comandante da 71ª Esquadra de Odivelas, e o representante do Senhor Director Regional de Educação de Lisboa, seja o Senhor Dr. António Luís Canelas, Director Regional Adjunto, da Direcção Regional de Educação de Lisboa.”-----

Não se registando intervenções, o documento foi colocado à votação, tendo o mesmo sido **Aprovado por Unanimidade.**-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

A **Senhora Presidente** informou todos os presentes que se encontrava aberto um período para intervenção do público, registando-se **onze** inscrições.-----

Usou da palavra o **Sr. José Alexandre Rocha Leandro**, residente na Estrada da Paiã, Quinta Moita e Quinta das Lamas, realizando a seguinte intervenção:-----

“Muito boa noite, Sr.ª Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores e Público em geral.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

- *Existem estudos sobre as eventuais consequências relativamente à necessidade dos cabos serem transportados por via aérea ?-----*
- *Vai haver o cuidado de preservar o espaço envolvente à Escola Agrícola da Paiã ?-----*

Apesar de não as querermos e de não nos beneficiar em nada, é assim que vivemos actualmente com as obras na Pontinha. Muito obrigado.”-----

Usou da palavra a Sra. **Maria João Martins**, residente na Rua da Arroja, Vivenda Gomes, n.º 2, Odivelas, realizando a seguinte intervenção:-----

*“Muito boa noite. Apresento os meus cumprimentos à Sr.ª Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Deputados Municipais, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores e Público em geral.-----
Estou aqui como porta-voz de alguns comerciantes da Pontinha, sobretudo daqueles que estão a ser mais afectados pelas obras da REN. Já tivemos duas reuniões com o Sr. Presidente da Junta da Pontinha, que diz nada poder resolver sobre o assunto. Assim sendo:-----*

- *Porque é que as obras só foram permitidas agora, em Novembro e Dezembro ?-----*
- *Se as obras foram autorizadas, por que razão não houve um aconselhamento no sentido delas decorrerem durante o Verão, ou em Janeiro (2005), visto dois meses não fazerem grande diferença no desenvolvimento das obras ?-----*

Tenho uma facturação abaixo de 60% daquilo que era habitual, nas duas lojas que tenho na zona das obras e, como outros comerciantes, tenho os impostos, o IVA, os subsídios de Natal, etc., para pagar. A REN não me vai dar nenhuma indemnização pelos prejuízos causados.-----

*Relativamente aos vendedores ambulantes que existem em grande numero em toda a Pontinha, também me sinto prejudicada porque vendem na rua, ilegalmente, os mesmos artigos que eu vendo nas minhas lojas, existindo assim concorrência desleal. A crise social não justifica esta situação de não cumprimento da Lei.----
Peço responsabilidades por não haver fiscalização quanto aos vendedores ambulantes na Pontinha, e também relativamente às obras da REN.”-----*

Usou da palavra o Sr. **José Moreira**, residente na Rua do Espírito Santo, n.º 26 – 3º Esquerdo, Odivelas, realizando a seguinte intervenção:-----

“Muito boa noite, Sr.ª Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores e Público em geral.-----



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

A fiscalização que é efectuada pela PSP no sentido de penalizar os condutores dos automóveis mal estacionados junto ao terminal do Metro no Sr. Roubado, era mais proveitosa para a população, se fosse direccionada para o referido corredor BUS, no sentido de só permitir a circulação de transportes públicos. Inclusivamente, não existem infra-estruturas que permitam a todos os automóveis ficarem devidamente estacionados. Muito obrigado.-----

Usou da palavra a Sra. **Elizabete Santos**, residente na Rua da Arroja, Vivenda Gomes, n.º 2, Odivelas, realizando a seguinte intervenção:-----

*“Muito boa noite, Sr.ª Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores e Público presente.-----
Esta noite, venho aqui falar em nome da população da Arroja e das suas reais dificuldades em relação aos transportes.-----*

Como todos sabem, e sentem, que com a vinda do Metro para Odivelas todos os transportes da Rodoviária de Lisboa pioraram. Independentemente do que possa ser dito, a realidade é tão simplesmente como isto, em todo o Concelho: os horários foram suprimidos; as suas frequências foram alteradas; os percursos foram encurtados. Eu sinto pessoalmente esta situação na Arroja.-----

Como já tive oportunidade de alertar neste mesmo salão, há alguns meses atrás, às 05h30m, as pessoas que iam trabalhar e apanhavam a Rodoviária, passaram agora a ter de sair do Bairro da Arroja a pé, faça chuva ou faça Sol, seja Verão ou Inverno.-----

Poderão dizer-me que: “a Rodoviária continua a fazer os mesmos horários.” Mas eu digo-vos: É mentira! Também me poderão dizer que esse é um assunto sobre o qual a Câmara Municipal não tem possibilidades de actuar. Mas eu digo-vos: É mentira!-----

A Câmara, na pessoa do seu Presidente, pode e deve pedir responsabilidades à Rodoviária e, também, fazer todos os possíveis para que a população seja servida pela transportadora nas melhores condições.-----

O Sr. Presidente da Câmara tem a obrigação de saber quais as necessidades dos “seus” Municípios, e que mais rotundas em Odivelas não nos faz chegar a horas ao emprego ou às escolas. Como Presidente da Câmara de Odivelas, tem obrigação de saber que há centenas de Municípios a trabalhar em Lisboa, e de pensar que se o Metro abre às 6,30 horas e fecha à 1 hora da manhã, e tendo a Rodoviária sido reestruturada de acordo com os horários do Metro, consequentemente, neste período de tempo, os Municípios ficaram sem transportes para poderem ir trabalhar.-----

Vão-me responder que este é um assunto da Rodoviária e que a Câmara não tem intervenção no maneira de servir das transportadoras. É mentira! A Câmara tem o direito, a obrigação e o dever de intervir na feitura dos



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

percursos e nos horários das transportadoras. Porque a Câmara é eleita para defender os direitos das populações, sejam as do Bairro da Arroja ou da Urbanização da Ribeirada.-----

Quando vejo, esta Câmara, “sacudir o capote” a toda a responsabilidade relativamente aos transportes, e não só, penso sempre: felizmente, não sou o responsável por esta Câmara. Muito obrigado.”-----

Usou da palavra o Sr. **Rui Gaspar do Rosário**, residente na Rua Azevedo Coutinho, n.º 4, C/v Esquerda, Odivelas, realizando a seguinte intervenção:-----

“Sr.ª Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e Público presente, muito boa noite a todos.-----

Gostaria de saber que obras é que estão a fazer na Feira do Silvado? Talvez construam algo com que a Câmara, ou a Junta de Freguesia, vá ganhar dinheiro! Quem sabe se um espaço para alugar a feirantes ou a ciganos, de forma a que depois passemos as noites a ouvir os tiroteios!-----

Existe falta de vigilância policial no Concelho, não se vêem polícias nas ruas.-----

No espaço que existe ao lado da Feira, está montado uma tenda de circo que é um autêntico ninho de ratos, existe grande quantidade, dezenas, de cães vadios no local que se espalham por todo o Bairro Pimentel. E como se não bastasse, existem jovens que levam para esse local aqueles cães grandes que colocam em perigo todos os moradores e transeuntes.-----

Eu moro por detrás do café onde houve a explosão há algum tempo e, em termos higiénicos, se não for uma residente que vai limpando conforme pode, o local não tem qualquer tipo de limpeza, com todos aqueles cães a usarem-no como “casa de banho”, o que o torna imundo.-----

O mesmo local dispõe de umas mesas fixas que, à noite, os jovens utilizam para ter relações sexuais, para beberem garrafas de cerveja e deixarem lá as garrafas partidas. Tudo isto acontece sem sentirmos a presença da polícia.-----

Muito obrigado.”-----

Usou da palavra o Sr. **Arlindo Costa**, residente na Rua de Nampula, n.º 16 – 2º Esquerdo, Odivelas, realizando a seguinte intervenção:-----

“Muito boa noite a todos os presentes, nomeadamente à Sr.ª Presidente, ao Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e restante Público.-----

Em primeiro lugar, gostaria de deixar aqui a minha solidariedade e o meu apoio para com a CUTCO. Considero que, após termos conseguido a CARRIS para Odivelas, estamos pior hoje do que há trinta anos.



Município de Odivelas

Assembleia Municipal

Faço um apelo aos responsáveis deste Concelho: Estejam mais atentos aos problemas do Concelho de Odivelas, nomeadamente em relação aos transportes.-----

Não basta colocar cartazes a dizer que a CARRIS não pode sair de Odivelas, é preciso que estejam do lado da população, o que não aconteceu. A população viu-se confrontada com a polícia de choque – que acabou por proceder convenientemente – mas poderia ter consequências graves, visto haver bastantes idosos presentes aquando do corte da estrada à saída de Odivelas.-----

Relativamente ao Parque Maria Lamas, gostaria de deixar aqui três questões:-----

- A partir do final da tarde, juntam-se diversos jovens a provocar desacatos, a drogarem-se, a deixarem as garrafas vazias no chão e não vejo qualquer intervenção por parte da Junta, ou da Câmara Municipal, no sentido de minimizar os problemas daí consequentes.-----*
- Gostaria de saber qual o projecto previsto para o ringue, visto, o mesmo, estar em total estado de degradação. Consta que essa degradação não foi inocente e que o objectivo é a criação de um parque de estacionamento taxado.-----*

Relativamente às árvores: verifiquei que estão todas marcadas com um “X” ou com um “M”, que serão para Cortar ou para Manter, respectivamente. Assim sendo, ficarão 4 ou 5 árvores e as restantes serão abatidas. O argumento de que as árvores causam alergias não colhe, porque se as podarem não surge esse problema. Penso que a questão ambiental deve prevalecer sobre a questão monetária e/ou financeira. Muito obrigado.”-----

*Usou da palavra o Sr. **José Júnior**, residente na Rua Azevedo Coutinho, n.º 3 – 1º Esquerdo, Odivelas, realizando a seguinte intervenção:-----*

“Muito boa noite Sr.ª Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores.-----

Após ter estado à espera da carreira cerca de 40 minutos, telefonei para o Sr. Provedor do Cliente e descrevi-lhe o problema. O Sr. Provedor solicitou-me, o que acedi, a colocar a questão por escrito.-----

Fui posteriormente informado de que a Lei que define os transportes da CARRIS em Odivelas vem de 1973 (D.L.688/73 de 21 Dezembro). Tive uma participação activa na criação das condições necessárias, relativamente às paragens, para o funcionamento da CARRIS em Odivelas, que até há bem pouco tempo foi positivo, ao contrário do que acontece actualmente.-----

Existem bastantes transportes para sair de Odivelas, mas só até ao Metro do Sr. Roubado, o que demora cerca de 30 minutos em hora de ponta. Aquilo que se pretende da CARRIS, é que efectue o percurso, pelo menos, até ao Marquês de Pombal. Visto aí termos outras alternativas de transporte.-----

Reclamo a permanência da CARRIS em Odivelas e pergunto se será legal a sua retirada? Muito obrigado.”---



Município de Odivelas ***Assembleia Municipal***

A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** informou que o **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, prestará os devidos esclarecimentos por escrito às questões levantadas pelos Munícipes.-----

Após este período a **Senhora Presidente** deu por encerrado o período de intervenção do público.-----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pela **uma hora e dez minutos**, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pela Senhora Presidente.-----

Com base na supra referida Minuta, foi lavrada a presente Acta que, aprovada pela Assembleia Municipal, vai ser assinada pelo 1.º Secretário acima mencionado, pelo 2.º Secretário, Alcina Trindade e pela Sra. Presidente, Susana de Fátima Carvalho Amador.-----

O 1º Secretário:-----

O 2º Secretário:-----

A Senhora Presidente:-----
